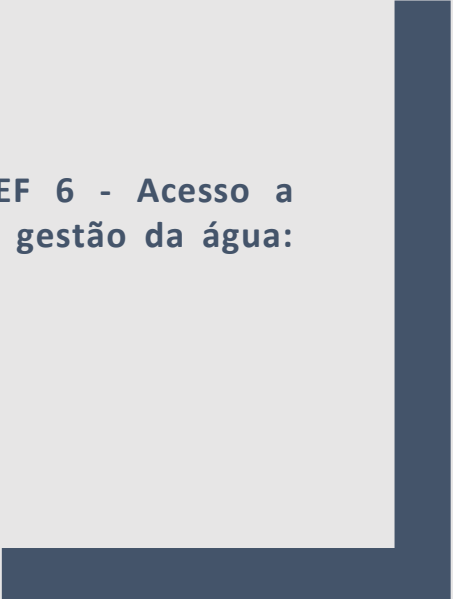




Integração abordagem de género nas iniciativas do
Nexos energia/água

RELATÓRIO FINAL

**O projeto da UNIDO/GEF 6 - Acesso a
energia sustentável para gestão da água:
Nexos energia – água**



Índice

.....	0
Lista de Acrónimos	2
Nota introdutória	0
1) Contextualização	2
1.1) O projeto e a transversalização de género no NEXOS energia-água e género.....	5
2) O NEXOS Energia/Água – Género	7
2.1) O NEXOS Energia-Água/Género no contexto dos ODS	7
2.2) Mudanças climáticas e as desigualdades de género em Cabo Verde.....	10
2.3) O NEXOS Energia-Género	12
2.4) O NEXOS Água/Género.....	14
3) Políticas públicas em Cabo Verde – uma análise macro, meso e micro	17
3.1) Nexos Energia/Água: Nível macro	17
3.2) O Quadro institucional nacional Água e Energia	18
3.3) Abordagem de género nos documentos de planificação nacionais e sectoriais ..	22
o Nível Macro - O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS 2017-2021).....	22
o Nível Meso – Os Documentos Sectoriais	25
o Nível Micro – As iniciativas locais identificadas	28
4) O quadro legal instrumental de promoção igualdade de género no nexos Água/ Energia	31
5) Mapeamento de Parceiros que trabalham os Nexos Energia/Água/Género	36
6) Análise de dados e medidas CERMI	45
6.1) Propostas CERMI integração da abordagem de género.....	47
7) Medidas em curso e oportunidades para a promoção da igualdade de género no Nexos água e energia	49
7.1) Propostas para a integração da abordagem de género nexos Energia/Água	54
8) Observações e Conclusões	56
Referências Bibliográficas	59
Anexo – Quadro de Indicadores	62

Lista de Acrónimos

ANAS – Agência Nacional de Água e Saneamento;
ADS – Águas de Santiago;
ADR – Águas de Rega;
APP – Águas de Ponta Preta;
CEDEAO – Comunidade Económica dos países da África Ocidental;
CERMI – Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial;
CNAS – Conselho Nacional de Água e Saneamento;
ESE/ESCO – Empresas de Serviços de Energia;
GEF – Fundo Global do Meio Ambiente;
MICE – Ministério das Indústrias Comércio e Energia;
MAA- Ministério da Agricultura e Ambiente;
MFIS – Ministério da Família a Inclusão Social;
NAPA – Programa de Ação Nacional para adaptação às mudanças climáticas;
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
ONG – Organizações Não Governamentais;
OTEC – Conversão de Energia Térmica Oceânica;
ONUUDI – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial;
PANGE – Plano de Ação Nacional Género e Energia;
PEDS – Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Sustentável;
PEID – Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento;
ICIEG – Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género;
TDR – Termos de Referência;
UNFCCC – Convenção das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas;

Nota introdutória

O presente relatório final dá resposta ao TdR elaborado para a integração da abordagem de género nas iniciativas do Nexos Energia – Água e tem como principal público alvo as instituições responsáveis pelas políticas públicas referentes a água e energia de Cabo Verde. Pretende-se produzir de forma global recomendações para a sua integração a nível de políticas públicas e processos de planificação estratégica. Desta forma enriquecemos o processo de Promoção da igualdade de género e empoderamento das mulheres através de mecanismos que trabalham o quadro legal e políticas públicas no Nexos Energia – Água do Projeto GEF 6 ID: 9812.

Em consonância com o TdR, o relatório, está centrado fundamentalmente na análise de políticas públicas, documentos de planificação estratégica sectorial, revisão da literatura sobre o nexos energia-água/género, realização de um exercício de mapeamento de parceiros que trabalham esta dimensão, assim como a análise com uma abordagem de género das iniciativas existentes, relativas aos nexos água energia.

O mesmo, integra a revisão documental sobre documentação existente relevante para género, incluindo Planos Estratégicos Nacionais e Orçamentos Setoriais, bem como informações sobre a participação das mulheres no setor de água e energia e os obstáculos para a participação das mulheres nesses setores e analisa as lacunas de dados disponíveis. Ao mesmo tempo conte informações relevantes sobre o processo de mapeamento realizados aos parceiros que trabalham ligados aos nexos energia/água e género.

São trabalhados, no relatório a articulação dos ODS 2, 5, 6 e 7, com o objetivo de encontrar pontos de entrada para a articulação necessária para este processo. Cabe ressaltar que o relatório inclui igualmente a análise de documentos relevantes no âmbito das mudanças climáticas e das iniciativas nacionais existentes no que tange às políticas públicas.

O relatório, para além desta nota introdutória e da descrição próximas ações, está composto por 7 capítulos onde: (i) – Se contextualizam as problemáticas relativas ao nexos energia - água e género assim como aborda o próprio projeto GEF 6 ; (ii)

Faz-se uma análise de género desde o ponto de vista do Nexos energia – água e as suas interligações com as desigualdades; (iii) Se realiza uma análise Macro, Meso e Micro das políticas públicas, documentos de planificação, e se identificam as iniciativas locais ; (iv) Se analisa do quadro legal, dos setores de energia, água e igualdade de género; (v) Se faz o mapeamento dos parceiros e análise dos projetos identificados, com uma abordagem de género; (vi) Se realiza uma análise aos dados relativos a estudantes e políticas de inclusão aplicadas pelo CERMI e são apresentadas propostas para integração da abordagem de género; (vii) se identificam medidas e oportunidades no nexos energia/água e género e ao mesmo tempo são apresentadas propostas concretas para a promoção da igualdade de género e por último é elaborado o capítulo correspondente a principais observações e conclusões.

Este documento é propriedade da ONUDI.

1) Contextualização

Cabo Verde, sendo um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID), enfrenta-se, a uma vulnerabilidade extrema perante as mudanças climáticas e os diversos desafios relacionados a escassez de água e stress hídrico, desertificação e segurança energética. No país a dependência energética para a produção e distribuição de água tem efeitos diretos em todo o setor afetando a disponibilidade de água, o que resulta num serviço de abastecimento de água intermitente e deficitário e que aplica as maiores tarifas de água em África e uma das mais altas do mundo¹.

“Os custos de energia e dessalinização da água potável são um dos mais altas de África. São US\$0,25-0,33 por kWh e US\$3,16 por m³, respetivamente, para uso residencial. Os elevados custos são causados por pequenos sistemas isolados (cada ilha tem a sua própria rede independente incapaz de aplicar economias de escala), alta distribuição, e perdas de transmissão de 25 % (um nível elevado pelos padrões regionais para a SSA é de 12%), e dependência de combustíveis fósseis importados para produção de eletricidade (cerca de 80 %). Em Santiago, as perdas da ilha atingiram 38 % 2016 (de 32 % 2015).” (Banco Mundial, 2018).²

A relação energia - água é interdependente, por um lado a água é usada em algumas etapas de produção de energia e eletricidade, ao mesmo tempo que é necessária energia para extrair, transportar, dessalinizar, fornecer água e tratar as águas residuais. No caso de Cabo Verde, essa relação é reforçada pela dependência energética para a produção de água tanto para agricultura como para consumo humano que se vê prejudicada pelo alto custo energético que supõem os processos de dessalinização de água de mar e salobre, o que põem em causa o desenvolvimento do país, assim como a garantia do acesso a água. Apesar desta interligação ser

¹ Social and Gender Integration Plan, MCA CV II; 2012

² Adjusting The Development Model to Review the Growth and Strengthen for Social Inclusion – Republic of Cabo Verde – World Bank 2018

intrínseca, não existe, no quadro da planificação estratégica e elaboração de políticas públicas e de gestão, um nexo visível a nível institucional nem legal.

A procura e necessidade de acelerar o uso e o acesso a tecnologia inovadora, assim como o estabelecimento de práticas de gestão que contribuam para a redução das emissões de GEE e a eficiência energética em relação à produção, distribuição e gestão da água em Cabo Verde, é uma realidade urgente. Pretende-se que Projeto Nexos Energia-Água, sirva como elemento catalisador para a transição para práticas sustentáveis na produção de água através da implementação de intervenções-chave.

Neste contexto se pretende, analisar a situação atual e potencializar o desenvolvimento numa abordagem da gestão efetivamente articulada, no âmbito das políticas públicas e da planificação estratégica, podendo eventualmente num futuro próximo, promover a criação das bases e mecanismos institucionais que permitirão uma gestão integrada.

O nexos energia-água, esta implicitamente interligada à dimensão de género. Diversas são as evidências que indicam a importância do acesso a água e energia, em várias dimensões da autonomia das mulheres e meninas, entre elas a económica, física e a de participação em processos de tomada de decisão.

Potencialmente o acesso das mulheres à energia melhora a sua posição dentro da família e na sociedade. Essa melhoria tem um efeito direto nas mudanças das dinâmicas do sistema social, como no desenvolvimento dos processos tecnológicos - o acesso à energia moderna melhora os meios de subsistência por meio da produção de alimentos e bens, bem como o acesso a serviços relacionados a água, combustíveis limpos, saúde, educação e comunicação.

No relativo ao acesso e controlo da água, as políticas sensíveis ao género, quando corretamente desenhadas e aplicadas, no setor de água e saneamento, podem contribuir para corrigir as desigualdades existentes e terem um impacto positivo na posição social, política e económica, sobretudo das mulheres. Podem ainda contribuir para a melhoria da saúde e a segurança das mulheres e suas famílias, e promover a participação em atividades sociais, económicas e políticas, diminuindo, "a pobreza de tempo destas", ao tomar em consideração que a situação em que o

tempo das mulheres é consumido pelo trabalho não-produtivo, perpetua a sua ausência da tomada de decisões e outras atividades lucrativas (Banco Mundial, 2006).

Igualmente os estudos do setor mostram que a participação igualitária de homens e mulheres é positivamente correlacionada com a melhoria na sustentabilidade do abastecimento de água (Narayan, 1995), bem como dar uma maior transparência e governança na gestão.

A transversalização da abordagem de género em iniciativas do nexos energia-água, tem um papel crucial no projeto, na medida em que vai contribuir para promover iniciativas específicas, promover uma integração nas políticas públicas a nível macro, meso e micro, e também para responder à igualdade de género e em termos de impacto possibilitar o acesso de forma igualitária a homens e mulheres ao recurso água para consumo doméstico e agricultura, produzida de forma limpa, respondendo assim a 3 princípios da Agenda 2030 1) não deixar ninguém para trás; 2) promover os Direitos Humanos e; 3) a igualdade de género.

Embora a análise macro e meso das políticas públicas está mais centrada em grupos que tem influência a nível de macropolíticas, a influência destas não termina nestes níveis. As relações de poder em uma sociedade não terminam com esses grupos horizontais e vão até o nível familiar, afetando de forma diferenciada mulheres e homens individualmente, o que se reflete no quotidiano e na qualidade de vida de cada um.

Seguindo esta linha e tendo como pano de fundo as relações de poder e de género estabelecidas na sociedade e as suas ramificações estruturais nas instituições refletidas ao nível das políticas públicas, as políticas que não se apoiam nas relações de género tendem a invisibilizar e excluir as mulheres. Por oposição, às políticas sensíveis ao género, partem do reconhecimento de que homens e mulheres participam de forma desigual do processo de desenvolvimento.

O impacto das políticas públicas que invisibilizam e excluem as mulheres nestes setores tem como resultado um enorme fosso de género relativamente a mão de obra no setor energético apenas 19,9% da mão de obra do sector é feminina (197

mulheres e 791 homens) (PANGE, 2020). Ainda segundo o Relatório de Seguimento do Progresso Energético - do ODS 7 do Banco Mundial (2021):

“O sector energético atrai e contrata profissionais da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM); no entanto, a nível mundial, as mulheres representam apenas 35% dos estudantes STEM no ensino superior (UNESCO 2017). As mulheres representam 32% da força de trabalho das energias renováveis - um baixo nível de engodo mas consideravelmente superior ao do sector do petróleo e gás, onde as mulheres constituem apenas 22% da força de trabalho (IRENA 2019)”³

Com a divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento (ODS), as reflexões sobre as desigualdades, em particular de género, mostram que a exclusão, a marginalização se estenderam a vários setores, incluindo aqueles relacionados com o desenvolvimento tecnológico e a produção e abastecimento de água e energia, influenciando os processos de planeamento estratégico, desenho das políticas e o próprio desenvolvimento económico.

1.1) O projeto e a transversalização de género no NEXOS energia-água e género

O projeto do GEF 6 - **Acesso a energia sustentável para gestão da água: Nexos energia – água**, promovido pelo Governo de Cabo Verde, com o apoio da ONUDI / GEF, visa catalisar o uso comercial de tecnologias ER e EE em sistemas de dessalinização e bombagem de água, ao mesmo tempo que apoia o desenvolvimento de uma rede abrangente de Empresas de Serviços de Energia (ESE/ESCO). O processo de elaboração do projeto, identificou os principais desafios relativos ao nexos em si, sendo estes:

1. Falta de um quadro regulamentar e institucional apropriado que permita a integração dos sistemas de ER e EE na gestão dos recursos hídricos e o estabelecimento de ESE/ESCOs;

³ World Bank; Tracking the SDG 7: The Energy Progress Report 2021:
<https://www.irena.org/publications/2021/Jun/Tracking-SDG-7-2021>

2. Falta de conhecimento sobre viabilidade técnica e viabilidade comercial da integração de ER e EE na gestão de recursos hídricos;
3. Conhecimento e capacidade técnica limitados sobre como instalar, operar, manter e integrar práticas de EE em projetos de ER associados à gestão de recursos hídricos e em empreendedorismo e ESE/ESCOs;
4. Mecanismos financeiros e de mercado limitados para apoiar a adoção de ER e EE em sistemas de gestão dos recursos hídricos

Em função dos desafios identificados, no seu quadro de intervenção foram desenhadas um conjunto de intervenções chaves, que abrangem as áreas de política de investimento, desenvolvimento de capacidades e conscientização, para atingir os seguintes resultados:

1. Desenvolver uma abordagem integrada do nexo Energia-Água e de ESE/ESCO nas políticas e regulamentos nacionais relevantes;
2. Melhorar as capacidades locais para a utilização da abordagem integrada do nexo Energia-Água e ESE/ESCO;
3. Garantir que cerca de 3,6 MW de investimentos privados em projetos que abordam o nexo Energia-Água sejam identificados e instalados.

Conjuntamente às intervenções desenhadas, se identificou a necessidade de proceder a transversalização da abordagem de género no que tange a iniciativas do nexos género e energia, dada a sua relevância na promoção da igualdade de género, fundamentalmente no âmbito do acesso a meios de produção, tomada de decisão e, portanto, o empoderamento de mulheres e meninas como explicado anteriormente.

Para responder ao desafio proposto da integração da abordagem de género, foi desenhado uma estratégia que visa responder a transversalização da abordagem de género, nos três níveis de desenho e implementação de políticas públicas nos setores, sendo estes o macro, meso e micro.

- Nos primeiros dois níveis (macro e meso) o trabalho estará centrado fundamentalmente na análise, com uma abordagem de género, das políticas

públicas, documentos de planificação nacionais e sectoriais, quadro legal assim como a identificação dos principais intervenientes nestenexo energia-água/género tanto no âmbito público (instituições), como no privado;

- No nível micro estará dedicado fundamentalmente a identificação e mapeamento de projetos de interesse nestas áreas, assim como identificação de organizações que trabalham nestes âmbitos, especificamente organizações da sociedade civil entre outros.

A realização deste processo de integração, vai permitir obter informações relevantes no que concerne a participação de mulheres nos processos de tomada de decisão nos setores principais que compõem o Nexos, assim como barreiras e obstáculos para a sua participação efetiva.

2) O NEXOS Energia/Água – Género

2.1) O NEXOS Energia-Água/Género no contexto dos ODS

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constituem um novo paradigma de desenvolvimento, ao mesmo tempo convida a refletir sobre as interligações existentes entre as desigualdades e as suas ramificações através da reprodução de crenças e normas sociais, que são institucionalizados e efetivadas em vários setores, entre eles os de energia e água, assim como a sua relação com os acessos desiguais ao desenvolvimento tecnológico e a produção e abastecimento de água e energia.

- Como já vimos nos pontos tratados anteriormente existe uma interligação clara entre energia-água/género o seguinte quadro alinha as metas identificadas relativas aos ODS 2, 5, 6 e 7 com o objetivo de criar uma interligação entre as mesmas.

• Tabela 1: Matriz de interligação ODS no contexto Energia-Água/Género

ODS	Metas ⁴
-----	--------------------

⁴ <https://www.un.org/sustainabledevelopment/>

<p>Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas</p>	<p>5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte. 5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública. 5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.</p>
<p>Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos</p>	<p>6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos e todas. 6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.</p>
<p>Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos</p>	<p>7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia; 7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global; 7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa; 7.b Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.</p>
<p>Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável</p>	<p>2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.</p>

Apesar de ter sido descrita a interligação existente entre energia-água e a sua relação com a desigualdades estas tem vindo a ser tratadas por separado. A análise nas metas dos ODS 6 e 7, assim o mostram dado que não existem qualquer menção a esta interligação. A transversalização da abordagem de gênero nos ODS assim como a abrangência das metas do ODS 5 é evidente, contudo não relaciona o empoderamento das mulheres e meninas a questões de acesso e controle de água e energia e tecnologia inovadora.

Na atualidade e historicamente os setores de energia e água são analisados, desenhados e planejados de forma separada. Contudo a dinâmica dos nexos

energia água se torna cada vez mais evidente, sobretudo considerando a interação do ser humano com o meio ambiente, interação esta que se tem intensificado ao longo das últimas décadas. As mudanças climáticas e os eventos climáticos mais extremos põem uma maior pressão sobre esta interligação, dado que tais eventos têm sido responsáveis por secas extremas, afetando diretamente a disponibilidade de água e a produção de energias.

Especialmente nos países em desenvolvimento, e nos SIDS em particular, os custos de energia costumam representar mais da metade dos custos operacionais dos fornecedores de serviços de água e saneamento.

No caso de Cabo Verde, a dessalinização de água do mar requer um intenso consumo de energia elétrica, que ocorre em função da temperatura da água e de sua salinidade. O processo de dessalinização, é a alternativa de tratamento de água mais energeticamente intensiva e cara e por isso acaba sendo utilizada apenas quando as opções são muito restritas, como em regiões desérticas ou semidesérticas, como é o caso do país. Os altos custos de eletricidade associados a bombagem de água das unidades de dessalinização, o transporte até uma estação de tratamento, tratar e distribuir para a população, constituem impedimentos para o avanço do acesso à água, cabe ressaltar que a orografia do país dificulta igualmente este processo aumentando os custos energéticos. Finalmente após o consumo, os efluentes industriais e esgotos domésticos também precisam ser bombados para as estações de tratamento, demandando mais energia para esses processos.

Neste contexto a abordagem integrada do nexo água-energia se coloca num momento em que o crescimento da população mundial, as mudanças de padrão de consumo e as mudanças climáticas estão impondo condições de pressão sobre os recursos naturais. Razões estas que tornam aconselhável que seja considerado no planeamento e na execução de iniciativas e projetos públicos e privados, como forma de materializar um aumento da sinergia entre a gestão da energia e da água e conseqüentemente reduzir os impactos causados de um sobre o outro. Principalmente fomenta a exploração de formas mais eficientes, sustentáveis e economicamente viáveis de gerar um (energia) para produção do outro (água), o que impactará fortemente o desenvolvimento das pessoas, dos setores e das indústrias.

A utilização de uma abordagem integrada, trás benefícios consideráveis e permitiria trabalhar as oportunidades e os desafios que o mundo enfrenta. Contudo enveredar por esse caminho e encontrar soluções diferentes das convencionais e sustentáveis, demanda o envolvimento de toda a sociedade e do poder público para garantir que haja água e energia, além de alimentos, para as gerações futuras.

2.2) Mudanças climáticas e as desigualdades de género em Cabo Verde

O Programa de Ação Nacional para a Adaptação às Mudanças Climáticas (NAPA 2008-2012) de Cabo Verde, já apontava a que o país é particularmente vulnerável aos impactos das mudanças climáticas. Neste contexto o atual Ministro da Agricultura e do Ambiente de Cabo Verde:

“Em nome do Governo de Cabo Verde, reafirmo a vontade e o compromisso do nosso país de fazer tudo para assumir as nossas responsabilidades no âmbito do Acordo de Paris. Com esta primeira atualização da nossa Contribuição Determinada nacionalmente (CND), comprometemo-nos a descarbonizar a nossa economia, reforçando a resiliência do país e adaptando os sectores da atividade humana aos efeitos nocivos das alterações climáticas.”
(Gilberto Silva, 2021 IN: NDC)⁵

Como parte deste processo tem sido implementado modelos climáticos resultantes da assistência técnica realizada no âmbito do NAPA, que já indicam uma “vulnerabilidade ambiental importante (somente 10% de terra arável, degradação dos stocks de pescado, 80% da população a viver em zonas costeiras)” (NAPA (2008-2012); 2007 pag. 4)⁶ que associada com as implicações sociais e económicas poderiam funcionar como elementos que poderiam limitar do processo de desenvolvimento sustentável do país nos próximos anos.

No que tange as desigualdades de género, vários estudos apontam a que as mulheres apresentam vulnerabilidades acrescidas e específicas no que concerne às mudanças climáticas. A própria UNFCCC já aponta a questões específicas no que concerne ao impacto das mudanças climáticas relativamente às mulheres e meninas, especialmente relacionadas aos desastres naturais, à produção na agricultura,

⁵ Republic of Cabo Verde – Cabo Verde 2020 Update to first Nationally Determined Contributions (NDC) - 2021
⁶ Republic of Cabo Verde – Ministry of Environment and Agriculture; National Adaptation Program of Action on Climate Change 2008 – 2012 (2007)

acesso a alimentos, e feminização da pobreza, com a sua relação direta com limitações e barreiras relativas ao empoderamento económico as mulheres.

Relativamente a interligação existente entre as questões de género, mudanças climáticas, energia e água a existência de dados e de informações é limitada, contudo foram produzidos documentos de interesse, sendo estes:

- **Relatório United Nations Framework Convention on Climate Change - Nationally Determined Contributions of Cabo Verde (2020):** Indica uma atualização que ultrapassa o conjunto inicial de ações e compromissos no que diz respeito ao âmbito, ambição do sector, equilíbrio das ações de mitigação e adaptação, justiça climática e igualdade de género, bem como transparência e governação. Apontando para o facto de que a definição de grupos vulneráveis face às alterações climáticas, bem como as ligações entre género e política e planeamento climático ainda não estão suficientemente estabelecidas ou institucionalizadas em Cabo Verde. Das contribuições apontadas de Cabo Verde ao acordo de Paris, incluem “Até 2030, Cabo Verde procura instalar funções centrais de resiliência e métricas, nomeadamente no que diz respeito ao acesso à água, energia e serviços públicos essenciais e infraestruturas e equipamentos resilientes, a baixo carbono, a preços acessíveis e sensíveis a desastres” (NDC, 2020)⁷. O trabalho do projeto poderia se enquadrar no âmbito deste compromisso assumido.
- **O Cabo Verde’s Third National Communication Report to UNFCCC (2017):** Relata as circunstâncias nacionais sobre a evolução do país em relação às mudanças climáticas e traz um conjunto de análises de vários aspetos relativos as vulnerabilidades existentes no país. O documento faz referência à política nacional para a igualdade de género, contudo não se observam medidas específicas para mitigar as vulnerabilidades das mulheres e meninas frente às mudanças climáticas;
- **O Programa de Ação Nacional para a Adaptação às Mudanças Climáticas (NAPA 2008-2012):** estabeleceu as estratégias prioritárias

⁷ Republic of Cabo Verde – Cabo Verde 2020 Update to first Nationally Determined Contributions (NDC) - 2021

neste âmbito sendo estas (i) Desenvolvimento da capacidade dos intervenientes em questões relacionadas com a adaptação às alterações climáticas e a variabilidade climática, (ii) Aumento do investimento na conservação adaptativa e medidas de proteção do solo, (iii) Investigação de ação a fim de melhorar a resistência da população e dos ecossistemas, (iv) Campanhas de informação, educação e comunicação das partes interessadas sobre os riscos devidos às alterações climáticas e à variabilidade climática.

2.3) O NEXOS Energia-Género

Mulheres e homens se beneficiam dos serviços de energia de maneiras diferentes, devido às diferenças no acesso e controle sobre os recursos e os papéis tradicionais de género, pelo que a integração das questões de género é vital para projetos de energia.

O acesso a energia pode desempenhar um papel importante no combate pobreza e na redução das desigualdades de género, nomeadamente *(i) na melhoria da saúde, pela redução do uso de biomassa para cozinhar, e da poluição do ar interno; (ii) no aumento da produtividade por meio da inclusão das mulheres na mecanização das atividades de produção agrícola a partir de máquinas movidas a diesel e eletricidade; e (iii) na redução do trabalho e do tempo gasto nas atividades domésticas, onde o tempo economizado pode ser usado para geração de renda ou lazer necessário para descanso e recuperação* (PNUD, 2006; Clancy et al., 2011; Banco Mundial, 2012).

A melhoria do acesso aos serviços de energia tem o potencial de melhorar a situação social e económica das mulheres, liberando tempo para **atividades produtivas e para a participação na vida política e social e possibilitar o acesso aos serviços públicos, especialmente à saúde e educação.**

O acesso à energia não se traduz necessariamente em resultados no acesso a serviços de energia, tanto individual quanto comunitário, **a questão do acesso à energia também se coloca desde o ponto de vista da pobreza energética.** Serviços essenciais de energia para mulheres, como refrigeração, serviços relacionados ao processamento de alimentos, bombagem de água e irrigação solar,

podem reduzir o tempo e o esforço dedicados aos cuidados. Em Cabo Verde a carga total de trabalho das mulheres representa quase dois terços (62%) da carga do horário total do trabalho realizado no país. Tendo em conta que do volume total do trabalho (remunerado e de cuidados não remunerado), que se realizava em Cabo Verde, menos de um terço (26%) realizava-se fora do âmbito familiar. Em média, as mulheres dedicam mais 3h30 por dia, de que os homens em tarefas não remuneradas.⁸

A redução de horas dedicadas ao trabalho não remunerado e aos cuidados, podem promover o empoderamento económico das mulheres e meninas, dado que cria espaço para a realização de atividades económicas remuneradas. A geração de recursos próprios pelas mulheres melhora seu poder de decisão e o acesso a outros recursos produtivos. Os dados apontam para fosses de género substanciais, a diferença entre a participação na força de trabalho entre mulheres e homens é significativa: 52,1 % para mulheres e 66,3 % para os homens. As maiores diferenças relativas à essa participação registam-se nas áreas rurais (56,3% para homens e 35,3 % para mulheres).

A literatura internacional, sugere que os projetos de energia independentemente da escala a ser aplicada, tem deficiências relativas a integração da abordagem de género. Esta se tem dado por diversos motivos, entre os quais o não reconhecimento da importância da transversalização de género a nível de políticas públicas no setor, por outro lado existe uma falta de recursos e conhecimentos neste setor especificamente. Segundo, a rede internacional e energia sustentável, ENERGIA, apesar das barreiras e dificuldades encontradas, se tem usado diversos projetos demonstrativos e projetos de grande escala que demonstram como, o compromisso das partes interessadas e a disponibilidade de recursos específicos para a integração da abordagem de género tem permitido, melhorar e até multiplicar esses resultados. Como indicado anteriormente, os projetos demonstrativos têm estado centrados fundamentalmente no empoderamento económico, social e político das mulheres. **A Rede internacional ENERGIA, uma das organizações de referência neste âmbito, obteve bons resultados nesses propósitos:**

⁸ INE (2012). Inquérito Multiobjectivo Contínuo (IMC) – Uso do Tempo

- Mulheres participarem ativamente na governança dos sistemas de energia, tal como aconteceu em Sri Lanka e em África do Sul (Micro Projeto Hidrelétrico de Rambukolowa no Sri Lanka e Hidroelétrica Regional de Micro Energia da África do Sul);
- Projetos que apresentam bons resultados na recolha e produção de dados desagregados por sexo, bem como no desenvolvimento de atividades de conscientização;
- Integração de módulos de género e energia no currículo de formação vocacional para assistentes sociais no MMSU College of Engineering e University Training Center, nas Filipinas.
- Mulheres estão assumindo papéis não tradicionais e participando ativamente dos fóruns de decisão. Por exemplo, no Sri Lanka, houve um aumento da participação de mulheres nos Comitês de Gestão das Sociedades de Consumidoras de Eletricidade.

As boas práticas identificadas nas experiências internacionais de organizações que trabalham as interligações energia género, nos fornecem pistas que podem vir a alimentar as estratégias e recomendações a serem produzidos pelo projeto no que concerne a integração da abordagem de género em iniciativas no nexos energia-água. Está especificamente relacionada com a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão dos setores, assim como uma maior participação de forma transversal e em todos os níveis de decisão, como forma de promover o empoderamento económico, social e político.

Em Cabo Verde no setor da energia, em setembro de 2020, para dar resposta a uma das orientações da CEDEAO, foi produzido o Plano de Ação Nacional para a integração do Género no Acesso à Energia, que será explorado nos próximos capítulos deste documento.

2.4) O NEXOS Água/Género

O marco conceitual da igualdade de género no sector de água e saneamento está relacionado com os conceitos **básicos de acesso, controlo e benefícios dos serviços de água e saneamento das mulheres e dos homens em condições de**

igualdade, tendo como base de análise a Matriz de Harvard. A introdução do enfoque de igualdade de género é promover a mudança nas relações desiguais entre homens e mulheres.

O sector da água e saneamento **foi um dos primeiros a reconhecer a importância da integração das dimensões sociais e de género no contexto de desenvolvimento**. Legitimando o peso dos papéis de género e reconhecendo as desigualdades existentes entre mulheres e homens, no impacto diferenciado que tem no que tange ao Uso do Tempo, saúde, violência e conseqüentemente na promoção da igualdade de género. Outra das dimensões fortemente trabalhadas foi a relacionada ao poder de decisão e a influência na gestão de forma geral e dos sectores.

As mulheres são normalmente as principais usuárias e gestoras da água para o consumo doméstico, para a agricultura de subsistência, saúde e saneamento uma vez que geralmente assumem o papel principal na educação, na saúde da criança e da família, o que se reflete na necessidade das mesmas de assumirem um papel central na gestão da água potável, acesso a saneamento seguro e eliminação de águas residuais. A importância do papel das mulheres na gestão e proteção da água está intimamente relacionada com o trabalho reprodutivo realizado fundamentalmente pelas mulheres. **No continente africano e segundo os dados existentes cerca de 90% do trabalho realizado relativamente a apanha de água e lenha é feito pelas mulheres e meninas**, significando que gastam em média cerca de 6 horas diárias em tarefas relacionadas com a apanha de água.

Em Cabo Verde, em 2015 foi elaborada a Estratégia Social e de Género para o Setor da Água e Saneamento (2015-2020), e adotada por Resolução do Conselho de Ministros e publicado no Boletim Oficial o Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento (PLENAS) que se define como uma política social e de género para o setor.

Outra das dimensões a serem trabalhadas tem a ver **com o acesso e controlo a água para a agricultura e o seu uso misto** (agricultura e consumo humano). Segundo a Helen Parker, da ODI Insights (2016), as mudanças climáticas e a insegurança hídrica têm tido impactos importantes em países nos quais as

populações dependem da agricultura para garantir os seus meios de subsistência. O conhecimento produzido indica que o impacto empobrece as famílias vulneráveis, especialmente chefiadas por mulheres, com menores acessos a recursos naturais. A mesma fonte indica que as mulheres têm diferentes acessos e controlos sobre a terra e a água, e responsabilidades diferentes para a produção agrícola e gestão da água. Entretanto em muitas ocasiões as políticas e programas desenhados para o aumento ao acesso a água para as áreas rurais, assim como a meios de subsistência são cegos ao género e não consideram as necessidades das mulheres. Pesquisas empíricas identificam áreas críticas onde mulheres e homens são afetados de forma desproporcional:

- As mulheres estão administrando a tensão entre conseguir água para uso em a casa e proteger a disponibilidade de água para agricultura, com pressão intensificando em torno de picos sazonais de escassez de água e trabalho agrícola. No caso de uso misto (agricultura e consumo), ao não ter o controlo sobre a fonte de água, são impedidas do acesso a água para consumo em casa, onde se prioriza o uso para agricultura de regadio, dominada pelos homens;
- As mulheres têm menos acesso e controle sobre ativos como terra, água, equipamentos agrícolas e insumos, ativos que pode ser usado para amortecer os efeitos da variabilidade da precipitação.

O que se aborda, neste caso é como o papel da segurança hídrica no desenvolvimento, e questões de género (Mason e Calow, 2012; Gray e Sadoff, 2007) assim como analisa, como os efeitos da escassez de água na agricultura (FAO, 2014; Turrall et al., 2008) interagem com as dinâmicas de género, num contexto de crescentes riscos climáticos. A literatura indica que existem evidências de que em momentos de estresse, onde as oportunidades de terras e meios de subsistência estão sob ameaça, as relações de poder e as relações de género, levam a reafirmar estruturas sociais que excluem as mulheres do acesso e controlo destes recursos. Segundo Helen Parker (2016), no Relatório Gender, Agriculture and Water Security *“(...) normas sociais em torno de género, ao lado de outras construções que impulsionam a desigualdade, devem ser uma parte fundamental da política e implementação de programa para segurança hídrica e clima resiliência”*.

3) Políticas públicas em Cabo Verde – uma análise macro, meso e micro

3.1) Nexos Energia/Água: Nível macro

A dependência energética dos combustíveis fósseis (80%)⁹, combinada com a situação de stress hídrico do país, torna necessário o recurso a dessalinização, a bombagem de água dos poços, e a percursos de distribuição relativamente difíceis, condicionando a produção, o transporte e o abastecimento de água à população, o que tem como efeito mais imediato e visível no elevado preço da água - Cabo Verde tem um dos mais altos tarifários do mundo e o mais alto de África¹⁰. Colateralmente o nível dos serviços de produção e o abastecimento intermitente de água são referidos como relativamente pobres, o que de acordo com o *“Social and Gender Integration Plan”*, MCA CV II; 2012 (Pág. 15), se reflete no baixo nível per capita de consumo doméstico de água - aproximadamente 35 litros por dia.

“De uma forma geral o consumo per capita [de água potável] é baixo. Em áreas ligadas à rede pública de abastecimento varia entre 40-60 L/dia e nas áreas servidas por chafarizes/fontanários é de cerca de 10-20 L/dia” (Shahidian, S.; Serralheiro, R.P.; Serrano, J.; Sousa, A; 2014).¹¹

Segundo a ANAS em 2019 o nível de disponibilidade hídrica subterrânea na ilha de Santiago era de 49/litros/pessoa/dia, sendo que segundo os mesmos este valor corresponde a 2/5 do valor indicativo recomendado pelas Nações Unidas.

A consulta da documentação, permite verificar, que historicamente a gestão dos setores de água e energia, no país foi realizada a nível territorial era feita pela mesma empresa, mas mesmo assim não parece existir nexos claro ou uma gestão efetivamente integrada. Entretanto em 1982, foi criada a ELECTRA E.P (Empresa Pública de Eletricidade e Água), resultante da fusão de serviços autónomos de

⁹ Adjusting The Development Model to Review the Growth and Strengthen for Social Inclusion – Republic of Cabo Verde – World Bank 2018

¹⁰ Adjusting The Development Model to Review the Growth and Strengthen for Social Inclusion – Republic of Cabo Verde – World Bank 2018

¹¹ Os desafios dos recursos hídricos em Cabo Verde(Shahidian, S.; Serralheiro, R.P.; Serrano, J.; Sousa, A; 2014)

produção e distribuição de Praia, São Vicente e Sal, a qual veio juntar-se em 1992 Boa Vista.

Em 1998 a Electra S.A.R.L. (sociedade anónima), sucedeu à Electra E.P, sendo que o capital social da Empresa foi partilhado entre o Estado e as Câmaras Municipais na proporção de 85% e 15% respetivamente. Este novo figurino esteve associado a extensão dos serviços a todo o país e a integração gradual dos serviços municipais de produção e distribuição de eletricidade e dessalinização, captação, distribuição de água e de recolha e tratamento de águas residuais.

A partir de 2010 se desenvolve um profundo processo de reforma no setor, que culminou com a separação da gestão, mas até a atualidade a ELECTRA assegura a produção de água dessalinizada nas cidades do Mindelo e da Praia, na vila de Sal Rei na Boavista e na ilha do Sal e opera a recolha e tratamento de águas residuais na cidade da Praia, mas a produção de água de furos e a comercialização da água é gerenciada por empresas territoriais.

A tendência para o aprofundamento de abordagens autónoma das questões relativas à água e à energia reflete-se na orgânica de gestão do país – o setor da água é gerenciado institucionalmente, em conjunção com o setor agropecuário e ambiental, enquanto que a produção e distribuição de energia e a dessalinização constitui um sector autónomo, mas que de acordo com as orgânicas de ambos setores devem articular-se para desenvolver o seu trabalho.

3.2) O Quadro institucional nacional Água e Energia

O Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA) é o departamento governamental que tem por missão a) Conceber, coordenar, controlar, executar e avaliar as políticas específicas definidas pelo Governo para os setores de agricultura, silvicultura, pecuária, agroindústria, segurança alimentar, ambiente, água e saneamento” (B.O. nº 54 de 27 de setembro de 2016, Decreto Lei nº 49/2016, I Serie Artigo 2º). A Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS) é a entidade governamental que faz o planeamento estratégico, implementa as políticas e faz a gestão dos investimentos no setor da água e saneamento. Também responde pelo seguimento, a regulação

técnica, a supervisão e a monitorização dos serviços de produção, distribuição e comercialização de água.

4. A 12 de Maio de 2014 se aprovam as deliberações das Assembleias Municipais dos Municípios que se indicam os estatutos de Águas de Santiago – Empresa pública e municipal AS. B.O I Série 32. Portaria nº27/2014. Cabe ressaltar que ANAS, bem como a ADS foram produtos da Reforma do Sector de Água e Saneamento, sendo que a reforma já inclui princípios e abordagem a transversalização de género, sendo a ANAS a única agência /instituição governamental que tem um gabinete na orgânica da instituição dedicado as questões de género e que tem uma técnica especialista em género.
5. Em março de 2020 (Decreto Lei nº 33/2020. BO nº 35 de 23 de março), foi criada a empresa pública Água de Rega, a qual é responsável pela gestão da produção, a construção de infraestruturas de água para a agricultura, assim como pela infraestruturização dos furos de captação, nascentes, barragens, estações públicas de tratamento de água residual, unidades públicas de dessalinização de água. Pretendesse que a mesma contribua para a melhoria da eficiência na produção e distribuição de água para agricultura, e desenvolvimento da gestão dos recursos hídricos para a agricultura. Também deverá contribuir para que os agricultores possam ter acesso à água para a rega a preços compatíveis, o que se pretende impulse a empresarialização do setor agrícola. A sua criação é parte integrante das medidas de política que têm como objetivo a generalização da dessalinização da água do mar e da água salobra para agricultura irrigada, a generalização do uso seguro de água residual doméstica tratada, a generalização de sistemas de produção e distribuição de água de rega e de modelos de energia renovável para garantir a eficiência energética

O Ministério da Industria, Comércio e Energia (MICE) é o departamento governamental que tem as seguintes atribuições: *“conceber, propor, coordenar, executar e avaliar as políticas públicas governamentais nos domínios das infraestruturas industriais, comerciais e energéticas, da gestão da qualidade, da proteção da propriedade intelectual, dos direitos da propriedade industrial, do sistema de rede de comercio, das energias renováveis e da dessalinização”* (B.O. nº 20, de 6 de abril 2018, I Serie – Decreto Lei nº 17/2018 , Artigo 3º).

6. Este ministério de acordo com a respetiva orgânica (artigo 5º), articula o seu trabalho com os departamentos governamentais responsáveis pela formação profissional e estágios profissionais e com o departamento governamental da área do ambiente, especificamente neste caso, no condicionamento das atividades industriais e energéticas.
7. Também é responsável (Artigo 11º) pela definição das orientações das entidades empresariais do Estado, nomeadamente a Empresa de Eletricidade e Água de Cabo Verde (ELECTRA, SARL) e do Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial (CERMI).

Como resultado do quadro institucional vigente, tal como acontece na maioria dos países, a abordagem da questão da produção e do abastecimento da água e de energia, são objeto de tratamento diferenciado, assim como a planificação estratégica e a gestão também o são.

Contudo os preceitos que integram o quadro legal do MICE, de articular a sua ação com o MAA, abre uma oportunidade para a um tratamento integrado do nexos água /energia, o que se reflete também na missão da Empresa de Água de Rega, de desenvolver a eficiência energética na captação e produção da água de rega, com recurso a implementação de modelos que funcionam com energia renovável.

No **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS 2017 - 2021)**, o abastecimento de água, aparece relacionado com a situação ambiental, com a produção agropecuária e com saneamento. Nesse sentido considera:

- a escassez de água, como um fator de vulnerabilidade relacionada com o ambiente: “a diminuição e a irregularidade da pluviometria estão na origem das secas que constituem a principal causa do fenómeno de desertificação, com efeitos devastadores nos frágeis ecossistemas do país” (PEDS, Pág. 15). Refere, que em termos de disponibilidade de água por habitante, o país é caracterizado por uma situação de escassez hídrica” e considera essa escassez um dos principais obstáculos ao desenvolvimento económico”.
- a nível do setor agropecuário, ambiental, e de saneamento, a boa gestão dos recursos hídricos é apresentada como crucial, para que se possa chegar a bom porto

A estratégia definida visa garantir o acesso universal e equitativo e equilibrado à água potável para todos e prosseguir com as reformas no setor da água e saneamento, tendo em vista a sustentabilidade e qualidade ambientais, a saúde pública, a melhoria das condições socioeconómicas da população e o bem-estar dos cidadãos” (PEDS pág. 90);

No sector da Energia, o fator referido como de maior impacto negativo é “a dependência energética do exterior” (PEDS pág. 16). De acordo com o PEDS, “o bom desempenho do setor da Energia é de vital importância para garantir o desenvolvimento sustentado de Cabo Verde”. Considerasse que em “termos da evolução do acesso à energia elétrica, o país tem registado progressos importantes, aproximando-se dos 95% de taxa de cobertura, mas os restantes 5%, que incluem a camada social mais desfavorecida e a população de zonas remotas, continuam excluídos do sistema. Uma das metas do ODS 7 é atingir 100% de acesso até 2030, ao nível global, e Cabo Verde pretende alcançar este objetivo em 2020” (PEDS Pág. 111).

A estratégia eleita é “**a segurança energética, a estabilidade dos preços e a redução da fatura energética**” (PEDS pág. 47), considerando que “o desafio da sustentabilidade do setor de energia ainda não foi alcançado” porque o país depende de combustíveis fósseis importados, para satisfazer mais de 85% das necessidades energéticas, apesar da existência de um potencial de recursos renováveis significativos (PEDS Pág. 112).

O PEDS, identifica como principais desafios para o país atingir os seus objetivos de transformação social e económica a redução ou mesmo erradicação das vulnerabilidades, com recurso ao desenvolvimento de fontes alternativas de energia, como por exemplo as energias renováveis. Considera que a utilização das energias renováveis e limpas, tal como a energia eólica e a energia solar fotovoltaica deve ir “**até onde for técnica e economicamente possível, para a produção centralizada e geração distribuída e da energia solar térmica para o aquecimento de água**”. Considera igualmente, explorar outras opções de renováveis, nomeadamente OTEC e Geotérmica, sem descurar a preocupação de garantir preços acessíveis para os consumidores e o setor produtivo. (PEDS Pág. 113). Ainda ao considerar “o potencial do setor dos serviços

ligados às energias renováveis”, estabelece uma relação direta com a geração de empregos (PEDS Pág. 113)

O fato de tanto a água, como a energia, no exercício de planificação estratégica terem ambiente como fator comum, e **estrategicamente apresentarem objetivos que confluem, nomeadamente a procura de sustentabilidade, a garantia de acesso da população a esses bens, assim como a redução do preço das tarifas de abastecimento, constitui uma porta de entrada e uma oportunidade para tornar visível e trabalhar o nexu Água/Energia.**

3.3) Abordagem de género nos documentos de planificação nacionais e sectoriais

- o Nível Macro - O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS 2017-2021)

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS 2017 - 2021) assume que a “igualdade de género é uma das questões centrais para o desenvolvimento inclusivo, sendo uma pré-condição para alcançar o desenvolvimento sustentável” (Pág. 25). A análise do mesmo revela um processo de transversalização importante da abordagem de género e o recurso a mecanismos de orçamentação sensível ao género, atualização e seguimento como ferramenta do processo de transversalização.

Esse instrumento, realça “a necessidade de aceleração do acesso das mulheres ao trabalho digno, sobretudo no meio rural e entre as jovens, e o acesso a cargos de decisão, incluindo na esfera política” e que “os principais ramos de atividade das mulheres são o comércio, a agricultura e o emprego doméstico, todos marcados pela informalidade e pelo baixo rendimento. No setor informal 62,5% das iniciativas são de mulheres e 88,9% em regime de autoemprego, em áreas pouco produtivas e rentáveis” (PEDS Pág. 36)

No que respeita ao nexu Energia-Água-Género, a consulta dos Programas que o integram permite identificar três (3) programas com objetivos específicos para a Promoção da Igualdade de Género e com o ODS 5.

Tabela 2: Matriz de descrição e articulação de programas com objetivos específicos para a promoção da igualdade de género

Programas do PEDS com objetivos específicos de promoção da igualdade de Género	
Igualdade de género	Contribuir para a igualdade de género, garantindo, a efetiva e visível, participação da mulher em todos os domínios da vida social, económica e política, efetivando a transversalização da abordagem de género no processo de desenvolvimento do país.
Água e Saneamento	Assegurar o direito à água e saneamento, garantir o acesso e a acessibilidade a serviços (água e saneamento) de boa qualidade, tendo em vista a qualidade ambiental, igualdade de género e inclusão social, a saúde pública e prioritariamente a melhoria das condições socioeconómicas e o bem-estar das populações em todo o território nacional.
Programa de Emprego Digno e Qualificado	Garantir a qualificação da força de trabalho em conexão com as áreas estratégicas da economia, contribuindo para a massificação do emprego jovem e das mulheres, pela via da dinamização do mercado de trabalho.

No Programa de Igualdade de Género quatro (4) eixos de intervenção são portas de entrada para trabalhar o nexa Energia-Água-Género, porque incluem ações e medidas específicas que visam impulsionar os processos de promoção da igualdade de género: (i) Transversalização da abordagem de Género; (ii) Participação política e exercício do poder; (iii) empoderamento económico; e (iv) Educação e formação profissional

Tabela 3: Programa de Igualdade de Género – descrição eixos de intervenções e medidas

Eixos de intervenção	Ações Medidas
Transversalização da Abordagem de Género	<p>Implementação da orçamentação sensível ao género, atualização e seguimento do Observatório de Género como ferramenta do processo de transversalização.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Educação e formação profissional: promover a permanência e sucesso de rapazes e raparigas nos vários níveis de ensino e o acesso a uma educação de qualidade promotora da igualdade de género; • Participação política e nas esferas de tomada de decisão e comunicação: progredir em direção à paridade da participação de mulheres e homens em todos os campos de decisão, e em particular até 2016 no parlamento e nos órgãos de poder local;

	<ul style="list-style-type: none"> Reforço institucional para a integração da abordagem de género nas políticas públicas: contribuir para uma cultura promotora da igualdade de género nas instituições e uma coordenação efetiva para a institucionalização da abordagem de género a nível sectorial e local.
Participação política e exercício do poder	Elaboração, aprovação e implementação da Lei de Paridade no contexto político, económico e social.
Empoderamento económico (economia produtiva e reprodutiva)	Implementação de uma abordagem programática que contemple as várias vertentes, nomeadamente: capacitação de mulheres e criação de empregos dignos e permanentes, e garantia de acesso ao crédito; implementação de programas que permitam o processo de transição do formal ao informal, reconhecendo a informalidade como estratégia para o acesso a recursos económicos; acesso ao mercado de trabalho num ambiente de não discriminação; valorização do trabalho não remunerado e conciliação da vida laboral e familiar, com a criação do Sistema de Cuidados, como eixo central.
Educação e formação profissional	Elaboração e implementação de programas e medidas de promoção de uma cultura de igualdade, na educação e formação profissional (currículo, manuais, e capacitação de professores/as), garantindo a transversalização da abordagem de género no setor.

Dois programas, cuja execução produz efeitos no nexo/Água/Energia/Género não incluem objetivos específicos de promoção da igualdade de género, estão relacionados com o Objetivo 3 do PEDS - assegurar a inclusão social e reduzir as desigualdades e com o seu Programa de Igualdade de Género e com o ODS5 - Igualdade de género:

Tabela 4: Matriz de articulação Programas PEDS sem objetivos específicos de promoção da igualdade de género e ODS 5

Objetivos dos Programas do PEDS com objetivos relacionados com o Programa de Igualdade de Género e com o ODS 5	
Programa Nacional de Sustentabilidade Energética	(a) transitar para um setor energético seguro eficiente e sustentável, mediante a redução da dependência de combustíveis fósseis;

	(b) garantir o acesso universal e a segurança energética
Programa de Transformação da Agricultura	<p>(a) criar e inovar as condições logísticas e tecnológicas para o aumento da produção e rendimento das explorações agropecuárias;</p> <p>(b) contribuir eficientemente para a gestão equilibrada e participativa das terras florestadas, de forma a garantir a resiliência dos ecossistemas e das populações rurais perante as alterações climáticas e a degradação das terras</p> <p>(c) promover uma agricultura e uma agroindústria sustentáveis, inclusivas e modernas, competitivas, geradoras de rendimento e socialmente reconhecidas</p>
Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómico Rural	<p>a. Tem como objetivo a promoção das oportunidades de emprego e rendimento para a população rural mais vulnerável. Os grupos alvos são mulheres, sobretudo mulheres chefes de família; jovens desempregados das comunidades rurais; e indivíduos e famílias identificadas pelas comunidades, tendo por base os critérios de vulnerabilidade. Conta neste momento com 12 311 beneficiários, dos quais 5 553 (41,1%) mulheres.</p> <p>i. Visa o desenvolvimento integrado mediante a modernização dos sistemas de bombagem de água através da utilização de sistemas fotovoltaicos que permitam a diminuição dos custos de bombagem de água; a diminuição da perda de água promovendo uma gestão mais eficiente do mesmo, através da melhoria dos sistemas de captação, adução, distribuição de água e sensibilização dos agricultores e gestores de pontos de água; o aumento da disponibilidade de água para a agricultura e a pecuária</p> <p>ii. De 2015 a 2018 interveio principalmente na modernização agrícola através da conversão da rega por alagamento para sistema de rega gota a gota, melhorando não só a disponibilidade de água como a gestão sustentável do mesmo.</p> <p>iii. As maiores intervenções são na eletrificação de furos com sistemas solar autónomos e sistemas híbridos, na melhoria do desempenho de furos através do equipamento com bombas e ou sistema de bombagem solar completo, na instalação e melhoria de sistemas de adução e distribuição de água, na construção e/ou remodelação de reservatórios de água e na realização de perfurações.</p> <p>iv. Atualmente, são cerca de 46 os pontos de água (furos) alvo de intervenção do programa sendo, as ilhas de Santo Antão, Santiago e Fogo as que registam o maior número.</p>

o Nível Meso – Os Documentos Sectoriais

A nível setorial, tanto o setor de água como o setor de energia possuem instrumentos de planificação com uma abordagem de género. **No setor da água e saneamento**, foi regulamentada a implementação do Plano Nacional de Água e Saneamento

(PLENAS, horizonte 2030), e para orientar a implementação do mesmo foi elaborada uma Estratégia Social e de Género, a qual integra um Plano de Ação, que cobre o período 2015-2030.

Tabela 5: Plano sectorial água e saneamento - integração da abordagem de género

Caraterísticas e abordagem de género nos instrumentos de planificação do setor água e saneamento	
<p>Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento (PLENAS - Resolução nº 10/2015), de 20 de fevereiro)</p>	<p>a. Orienta o planeamento, a política e as ações do poder central e local em matéria de água e saneamento.</p> <p>b. Visa a concretizar as reformas do sector e um dos principais objetivos é garantir o direito a água ao saneamento a toda a população.</p> <p>c. O objetivo geral desdobra-se em objetivos específicos ao nível de (i) sustentabilidade ambiental; (ii) equidade social e de género;</p> <p style="margin-left: 20px;">i. Medidas específicas para a promoção da igualdade de género: (i) melhorar a cobertura e o tarifário para diminuir o esforço e o tempo consumido sobretudo por mulheres e crianças; (ii) diminuir as disparidades no acesso entre famílias chefiadas por homens e mulheres); (iii) integrar a variável género nos processos de decisão e gestão através da representação equitativa de mulheres e homens;(iv) promoção de ações de informação comunicação que promovam uma distribuição mais equitativa das tarefas no âmbito domestico.</p>
<p>Estratégia Social e de Género para o Sector de Água e Saneamento e Plano de Ação (2015-2020)</p>	<p>a. Instrumento que visa a operacionalização do PLENAS através da implementação do Plano de Ação (2015-2020º, que integra a estratégia;</p> <p style="margin-left: 20px;">i. De acordo com o mesmo, as mulheres têm uma forte presença em setores de serviços que utilizam água como recurso produtivo, mas neste caso não é possível quantificar porque os dados não são desagregados por sexo. Entretanto a mulher tem menos acesso a água para a agricultura, já que as terras que trabalham são maioritariamente de sequeiro.</p> <p style="margin-left: 20px;">ii. No que respeita aos recursos humanos na área de captação, tratamento e distribuição de água a presença feminina, representa menos de 1/3 do total (29,4% e 70,6% respetivamente). Elas são maioria nas ocupações de baixa remuneração e risco elevado - venda de água no chafariz.</p> <p>b. Estabelece 8 metas globais, das quais, além das metas referentes a acessibilidade (física, económica), a responsabilidade social e ao exercício do poder, destacasse o facto de se ter fixado uma representação mínima de 40% de cada sexo nos postos de liderança:</p> <p style="margin-left: 20px;">i) Eixo 1. Acessibilidade física do serviço. Promover e assegurar todas as infraestruturas de água e saneamento necessárias no meio urbano, periurbano e rural, de forma equitativa, participativa e sustentável.</p> <p style="margin-left: 20px;">ii) Eixo 2. Acessibilidade económica do serviço. Assegurar soluções tarifárias e mecanismos adequados a favorecer agregados familiares de baixo rendimento; destes, particularmente as famílias</p>

	<p>monoparentais pobres, as pessoas idosas, as pessoas com deficiência, as crianças e as populações migrantes.</p> <p>iii) Eixo 3. Poder. Integrar as questões de inclusão social e de igualdade de género nos níveis institucional, comunitário e individual.</p> <p>iv) Eixo 4. Responsabilidade e Controlo Social. Garantir a qualidade dos serviços através da transparência, controlo, fiscalização e participação ativa e equitativa das comunidades.</p> <p>v) Eixo 5. Institucionalização Social e de Género (eixo estruturante). Reforçar as estruturas para a institucionalização das questões sociais e de género no sector da água e saneamento através do contínuo investimento em capacidade, da existência de dados confiáveis e de parcerias sólidas.</p>
--	---

No setor da Energia, foi elaborado em setembro de 2020, o Plano de Ação Nacional de Integração do Género no Acesso a Energia (PANGE 2021-2026). Destaca o nexo Água- Energia, no que se refere a necessidade energética para a produção de água dessalinizada e a bombagem de água para a agricultura.

É um instrumento de planificação da resposta a política adotada em junho de 2017 na sessão ordinária de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, de incorporação da perspectiva de género no acesso à energia, e está alinhado com os objetivos estratégicos e as metas regionais, assim como com a política nacional de género.

Este importante documento, visibiliza a situação das mulheres, tanto desde na perspectiva de consumidoras, como da perspectiva dos recursos humanos e do poder. No que respeita as mulheres como consumidoras o PANGE refere que de acordo com o Inquérito Multiobjectivo Continuo (INE 2018), não se registam diferenças substanciais entre agregados chefiados por mulheres e homens na utilização de eletricidade como principal fonte de energia (89,4% - 89,5% do sexo feminino e 89,3% do sexo masculino) e de gás para cozinhar (77,9% - 77 do sexo feminino e 78,8% do sexo masculino). Contudo, de acordo com essa mesma fonte as diferenças se revelam pelo nível económico - o acesso à eletricidade nos agregados muito pobres é de 70,4%, nos pobres de 79,2% e nos não pobres é de 93,6%. Os dados estatísticos sobre a utilização de energia para desenvolver atividades produtivas, em 2015, evidenciavam disparidades profundas, no desenvolvimento de atividades económicas informais – as mulheres (38,8%) trabalhavam mais partir do domicilio (38,8%) do que os homens (18,5 %).

Respeito as mulheres como recurso humano no setor da produção e comercialização da Energia, os dados apontam para um enorme fosso, ilustrativa de uma segregação ocupacional: apenas 19,9% da mão de obra do sector é feminina (197 mulheres e 791 homens), as quais estão sobre representadas nas áreas administrativas/secretariado (65%) e de apoio operacional (46,7%), mas sub-representadas nas funções técnicas (29, 2%), diretivas (23,1%) e nas chefias intermedias (11,8%).

Tabela 6: Plano sectorial energia - integração da abordagem de género

Plano de Ação Nacional de Integração do Género no Acesso a Energia (PANGE). Ações e medidas propostas	
Aumento da participação e liderança feminina	a. Sensibilização para a implementação da Lei de Paridade b. Reforço da participação das mulheres nos processos consultivos
Diminuição da disparidade de género na força laboral	a. Eliminação de estereótipos de género nas escolhas vocacionais e profissionais b. Integração no currículo de questões de género e energia c. Promoção do acesso das mulheres ao setor privado de energia
Acelerar os processos de igualdade a nível de acesso, controlo e benefícios	a. Implementação de projetos demonstrativos sensíveis ao género

O foco das medidas de política, na promoção da igualdade de género nos sectores de água e energia até o momento tem descrito e visto o papel das mulheres como consumidoras, e não como atores com agência e que poderiam participar nos processos de fornecimento de água e geração de energia. A abordagem que se observa de forma geral é neutra.

- Nível Micro – As iniciativas locais identificadas

A recolha de informações sobre o desenvolvimento de iniciativas locais, seja a nível de autarquias ou de organizações não governamentais, permite destacar as seguintes ações:

- **Câmara Municipal de São Miguel**, desde 2018 implementa um projeto de promoção económica das mulheres da Ribeira de São Miguel, que inclui o acesso à água para a rega e a disponibilização de tecnologia apropriada- O projeto beneficia 9 mulheres proprietárias de terra, o qual possibilitou a transformação de parcelas tradicionalmente catalogadas como de sequeiro, em parcelas de regadio, a introdução de novas espécies hortícolas, e a geração de novos postos de trabalho e conseqüentemente o acesso ao rendimento de perto de 30 mulheres. Existe a intenção, de alargar este tipo de intervenção a outras ribeiras do concelho, mas essa iniciativa depende da identificação de novas parcerias.
- **Empresa Águas de Ponta Preta** - Assumiu formalmente em 2015, uma declaração de compromisso para a promoção da igualdade de género e a elaboração e implementação de um Plano de Igualdade de Género (PIG). Elaborou um Regulamento de Constituição e Funcionamento da Comissão de Igualdade da APP. De acordo com as informações recolhidas, atualmente tencionam programar e organizar a retoma do processo de elaboração do PIG.
- **ONG MORABI**: com financiamento do Governo, proveniente do MCA – II, implementou em 2015, um projeto que permitiu uma melhor compreensão do contexto social em que vive os agregados familiares e das desigualdades de género, em várias zonas das ilhas de Santiago e de Santo Antão;
- **ONG SOLMI**: No domínio de água e saneamento a ONG, em parceria com as Associações Comunitárias de Base e Câmaras Municipais, tem desenvolvido projetos que tinham como objetivo o mapeamento, de famílias vulneráveis e com limitações no acesso a água. Atualmente trabalha com as Câmaras de São Lourenço dos Órgãos e Santa Cruz, em projetos relacionados com a mobilização de água para consumo e agricultura familiar. Os projetos tem permitido um maior acesso a água a famílias vulneráveis.

A Análise destas iniciativas locais, ainda se observa como incipiente e desde uma perspetiva de consumidoras/res, mais de como fornecedores de serviços. Contudo se observa já iniciativas que trabalhem desde uma perspetiva de empoderamento

económico direto das mulheres, como é o caso da Câmara Municipal de São Miguel, ou de iniciativas mais concretas do processo de empoderamento na tomada de decisão como é o caso da APP. Se identifica a necessidade de uma mudança de paradigma no que tange ao trabalho realizado pelas ONG's no respetivo aos nexos água/energia e género.¹²

¹² Outras das ONG's que trabalharam diretamente associadas a projetos relacionados a água e saneamento são A Citi Habitat e os amigos da Natureza, bem como a Africa Setenta eram as ONG's que apoiaram os MCA CVII na implementação do Fundo de Acesso social do FASA (Fundo de Água e Saneamento)

4) O quadro legal instrumental de promoção igualdade de género no nexu Água/ Energia

O país conta com um quadro legal instrumental que possibilita a implementação das medidas referentes a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão (Lei de Paridade), assim como um quadro específico para a implementação de medidas de equidade social desenhadas a nível macro e meso nos setores de água e energia.

A análise da produção legal, que fixam as normas que dizem respeito ao acesso e consumo de água para o consumo domiciliário e eletricidade, refletem uma crescente preocupação pela garantia de acesso e consumo aos agregados familiares pobres, as quais se materializam, com a adoção das tarifas sociais de consumo de água e eletricidade (2018) e recentemente com a implementação as medidas especiais para aumentar o acesso e garantir o consumo, no âmbito da Pandemia do COVID 19.

Os instrumentos de gestão do regime de crédito do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), nas operações de transmissão de água para agricultura e de eletricidade utilizada na bombagem de água para fins exclusivamente agrícolas e para subvenções destinadas aos agricultores para a instalação de sistema de rega gota a gota, são igualmente instrumentos de políticas sociais.

Tabela 7: Resumo Quadro Legal interligação energia-água e género em Cabo Verde

Tipo de instrumento	Âmbito do instrumento
<p>Lei nº45/VIII/2013. Cria o Conselho Nacional de Água e Saneamento. B.O nº 48 Série I de 17 Setembro 2013.</p>	<p>Tem como competência estabelecida no artigo 4º, propor medidas de promoção da igualdade de género na definição de políticas públicas de água e saneamento, bem como proteção dos grupos sociais desfavorecidos e acompanhar a respetiva implementação.</p>
<p>Decreto Lei 37/2018 - de 20 de junho - Tarifa Social de Energia Elétrica</p>	<p>Cria a tarifa social de eletricidade e água, com a finalidade de apoiar as famílias mais vulneráveis economicamente.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Para beneficiar dessa tarifa especial as famílias têm de ser titulares de um contrato e estarem inscritas no Cadastro Social Único e um nível de renda anual per capita é menor ou igual a seis salários mínimos nacionais. ✓ Estabelece um desconto mensal sobre a fatura de eletricidade que poderá chegar aos 30%, o qual é aplicado conforme o

	consumo de cada família, com consumo mensal inferior a 120 kilowatts-hora (kwh) e exclusivamente para o uso doméstico.
Decreto Lei 41/2018 de 20 de junho - Tarifa Social de Água	<p>Cria a tarifa social para prestação dos serviços de abastecimento de água que abarca famílias que estão no primeiro escalão de consumo, o que permitirá o acesso universal a água para o consumo doméstico, e promove a formalização o seu consumo.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Para beneficiar da tarifa as famílias devem estar inscritas no Cadastro Social Único e ter um rendimento médio anual per capita inferior a seis salários mínimo nacional; ✓ O desconto na fatura será de 30% quando o consumo doméstico for de até 3 m³ /mês.
Decreto-Regulamentar nº7/2018, de 20 de setembro – BO Nº60 I Série	Institui o Cadastro Social Único, como um instrumento de apoio ao sistema de proteção social ao nível da rede de segurança, institucionalizando este enquanto ferramenta de identificação e gestão dos beneficiários do setor da proteção social a nível da rede de segurança, garantindo a transparência e coordenação na atribuição de benefícios sociais.
Resolução nº 103/2018 de 11 de outubro – BO Nº 63 – I Série	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cria a Comissão Interministerial para a Transversalização da Abordagem de Género e define o funcionamento desta entidade, coordenada pelo ICIEG, que com um caráter permanente e institucional <ol style="list-style-type: none"> a. A sua finalidade é desenvolver uma cultura institucional promotora da igualdade de género e garantir, monitorar e avaliar a efetiva utilização duma abordagem género
Lei nº 68/IX/2019 de 28 de novembro – BO Nº 118 - I Série	Aprova a Lei da Paridade, a qual garante uma efetiva igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, com vista a eliminação de todas as formas de discriminação e criação das mesmas oportunidades, nomeadamente no que se refere a participação política e ao exercício de cargos de decisão, visando alcançar uma sociedade mais justa, democrática e equilibrada
Decreto Lei nº 22/2019 Procede a primeira alteração do dos D. L 37 (Tarifa Social de Energia) e 41 (Tarifa Social de Água) de 2018 de 20 de junho	Procede a adequação dos critérios de acesso as tarifas sociais de água e energia aos critérios de focalização econométricos fixados pelo Cadastro Social Único – Grupo 1 Muito pobres e Grupo 2 – pobres.

<p>Decreto-lei nº 78/2020: aprova o regime de crédito do IVA nas aquisições de água e de eletricidade para fins exclusivamente agrícolas, bem como o regime do IVA de caixa na transmissão dos referidos bens. BO Nº 128 de 12 de Novembro de 2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> a. Estabelece o regime de crédito do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), nas operações de transmissão de água para agricultura e de eletricidade utilizada na bombagem de água para fins exclusivamente agrícolas quando preenchem os pressupostos no momento da emissão da fatura. Igualmente, estabelece o regime do IVA de caixa, nas transmissões de água para rega e transmissão de eletricidade utilizada na bombagem de água para fins exclusivamente agrícolas, sempre que o adquirente não satisfaz os requisitos previstos neste diploma desobrigando as empresas fornecedoras de terem de entregar o IVA no prazo legal b. Aplica-se aos agricultores enquadrados no regime simplificado de tributação, às cooperativas agrícolas, às associações de agricultores legalmente constituídas e às unidades de produção agrícola família. c. As micro e as pequenas empresas e as unidades de produção agrícolas familiares estão excluídos do exercício do direito a dedução do IVA
<p>Resoluções do CM nº 162/2020 (Medida de consumo digno de água pelos agregados pobres inscritos no CSU) e nº 163 (Medida de consumo digno de energia elétrica pelos agregados pobres inscritos no CSU) de 14 de dezembro de 2020. BO Nº 136 de 14 de Dezembro de 2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> a. Procede a definição das medidas de apoio as famílias do Grupo I e II do CSU, para garantir o acesso e o consumo de água e energia, nomeadamente a assunção pelo Estado: b. Das dividas atrasadas e do custo de religação de água e eletricidade dos agregados familiares pobres, com cortes de serviço derivados dessas mesmas dividas; c. Ligação à rede pública de abastecimento dos agregados familiares pobres, atualmente fora do sistema formal de provisão de água e eletricidade, mediante a isenção de custos de ramal para aceso à rede
<p>Resolução nº 170/2020. Aprovou a subvenção a ser atribuída aos agricultores para a aquisição e instalação de sistema de rega gota-a-gota. BO nº 137 de 18 de Dezembro de 2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> a. Define as características da subvenção a ser atribuída aos agricultores para a instalação de sistema de rega gota a gota e tem como objetivo geral a promoção duma agricultura sustentável e resiliente, através de uma melhor gestão de agua na irrigação. Os objetivos específicos são: 1. Melhor poupança de agua na irrigação; 2. Massificar a rega gota a gota, através de subvenção do Estado, na instalação dos sistemas de rega gota a gota, dentro da parcela dos agricultores. b. Pretende beneficiar cerca de 1.450 agricultores e aumentar a área irrigada com gota a gota em aproximadamente 360 ha, poupando cerca de 2,3 milhões de m³ de água por ano. c. A subvenção a ser atribuída aos agricultores terá uma abrangência nacional e uma validade de 12 meses (dezembro 2020 a novembro de 2021). Corresponderá a 50% do custo total do sistema (material e instalação e não poderá ultrapassar 75 mil escudos Cabo-verdianos (setenta e cinco mil escudos), ou 2500 m³, para cada agricultor. d. A gestão do fundo será confiada á Empresa Água de Rega, S.A.

No que se refere ao acesso a água, para o consumo domiciliário, a produção documental, indica que a publicação do Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento em 2015, marca um momento importante no reconhecimento da

necessidade priorização da utilização numa abordagem social e de género na execução das medidas de política do setor.

Com a publicação do quadro regulamentar das tarifas sociais de água e eletricidade, se inicia a implementação das medidas, com o recurso à utilização do Cadastro Social Único, o qual permite a classificação das famílias, de acordo com o grau de vulnerabilidades, e que adota nos critérios de focalização das intervenções, uma abordagem de discriminação positiva para aqueles agregados familiares, pobres e muito pobres, chefiados por mulheres.

A produção legal, correspondente ao período 2018 – 2020, constitui um instrumento fundamental para a materialização de uma política social, caracterizada pelo combate à pobreza e a melhoria das condições de acesso e consumo de água, tanto para consumo domiciliário, como para a agricultura, e de acesso e consumo de energia domiciliária. No caso da água, como fator de combate ou redução da pobreza, pode contribuir decisivamente para garantir que mulheres e homens pobres possam aumentar sua produtividade de forma que tenham maiores rendas e, portanto, ultrapassem as dificuldades económicas em que vivem.

Decorrente da situação criada pela Pandemia COVID 19 e o consequente agravamento das condições socioeconómicas das famílias, as medidas adotadas em dezembro de 2020, passam também a garantir o consumo de água e energia às famílias pobres e muito pobres, nomeadamente, o Estado, assumiu perante as operadoras, (i) as dívidas dos agregados familiares cujo acesso ao serviço estava suspenso; (ii) os custos de ligação dos serviços. Neste caso garantem o acesso à água e a eletricidade das famílias em situação de maior vulnerabilidade, ao ser assumido também pelo Estado, os custos inerentes à primeira ligação à rede de fornecimento de água e energia elétrica para os agregados que não tinha.

A implementação destas medidas, todas sob os critérios de focalização do Cadastro Social Único e a discriminação positiva dos agregados chefiados por mulheres, visam garantir o consumo e por outro aumentar o acesso, para diminuir as desigualdades entre agregados pobres e não pobres. Elas favorecem especialmente os agregados familiares chefiados por mulheres, que se encontram em maioria dentro desta categoria. Neste caso o enfoque social integra considerações de género, e podem ter

um importante papel na retificação e diminuição das desigualdades sociais e de gênero. São medidas que aumentam o bem-estar das pessoas, com impacto na redução do trabalho reprodutivo, promovendo assim novas oportunidades.

5) Mapeamento de Parceiros que trabalham os Nexos Energia/Água/Género

O mapeamento de parceiros que trabalham ligados aos nexos energia água / género, exigiu um processo de realização de vários encontros e entrevistas que permitiram a identificação de parceiros, que atuam em diferentes contextos institucionais, sendo estes o estado, instituições multilaterais, privados, municípios e sociedade civil. Até a data de elaboração do presente relatório de progresso e apesar de ter tido encontros com a maioria dos parceiros, somente conseguimos informações relativas às instituições identificadas na matriz apresentada. Identificamos os seguintes parceiros:

- **Entidades públicas/Estado:** identificamos 6, o MICE (Ministério das Indústrias, Comércio e Energia); MAA (Ministério da Agricultura e Ambiente); MFIS / ICIEG (Ministério da Família e Inclusão Social / Instituto Cabo-verdiano Igualdade e Equidade de Género); CERMI (Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial); AdR (Águas de Rega); AdS (Águas de Santiago), ANAS (Agência Nacional de Água e Saneamento)
- **Parceiros multilaterais:** ECREE, embora não tenhamos conseguido identificar projetos atuais nos nexos energia/água/género;
- **Parceiros ONG's:** MORABI, OMCV, Amigos da Natureza, SOLMI, City habitat, Africa70;
- **Privados:** APP

A matriz seguinte contém informações relativas às entidades públicas identificadas e das quais obtivemos as informações necessárias para o mapeamento e que vão subsidiar a análise técnica necessária.

Tabela 8: Mapa de parceiros projetos e articulação com Programas e OE do Nexos Energia/Água e Género

Instituições	Programa PEDS	OE 2021 (ECV)	Projetos	Objetivos	Orçamento (ECV)	Organizações Parceiras Projeto
MICE – Ministério Indústria Comércio e Energia	Programa Nacional de Sustentabilidade Energética	71.580.074	Projeto 1: Reforço Institucional e Melhoria do Ambiente De Negócio	Melhorar a governança no sector; Aumentar as competências e capacidades; Melhorar a regulação técnica, trazendo mais incentivos; Trazer maior previsibilidade para investimentos	10.412.269	Cooperação Luxemburguesa; ECREEE
			Projeto 2: Reforma da Estrutura Organizacional do Mercado Energético	Melhorar o desempenho dos operadores; Melhorar a prestação de serviços; Ofertar de novos serviços que podem ser explorados e prestados dentro do sector elétrico; Apoiar no alcance das metas preconizadas.	1.121.232	Banco Mundial; Cooperação Luxemburguesa; NAMA
			Projeto 3: Investimento Em Infraestruturas Estratégicas	Reduzir em o nível de perdas no setor elétrico e aumentar em os índices da qualidade de serviço (SAIDI/SAIFI); Tornar o sistema elétrico mais resiliente. Aumentar a percentagem de energias renováveis	872.348	NAMA; Cooperação luxemburguesa; Cooperação Alemã; GEF – ONUDI; Banco Mundial
			Projeto 4: Promoção Da Eficiência Energética	Melhorar a eficiência energética no consumo até 2030; Duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética	9.673.267	PNUD; Banco Mundial
			Projeto 5: Eletrificação Rural: Garantir o acesso universal à energia elétrica, e aumentar a percentagem da população com acesso a eletricidade	Garantir o acesso universal à energia elétrica; Aumentar a percentagem da população com acesso a eletricidade	12.500.958	Sem especificar
CERMI – Centro de Energias Renováveis	Programa de Emprego Digno e Qualificado	/	Projeto 1. Consolidar e alargar a ofertas de cursos de formação profissional	Garantir Ofertas de Formação Profissional, Estágios e Empreendedorismo jovem	67.100.000	PIEFE, FPEF, FSST, PRO empresa
MFIS /ICIEG– Ministério da Família e Inclusão Social	Programa Igualdade de género – Componente Empoderamento económico; Trabalho Digno para as Mulheres; Qualificação profissional	33.076.561	Projeto 1. Contribuindo para a Criação e Acesso ao Emprego Digno das Mulheres em Cabo Verde	Contribuir para a geração de emprego digno para as mulheres na ilha do Sal, Boavista Santo Antão (Porto Novo e Paul); Melhorar as condições de empregabilidade e de acesso a emprego digno as mulheres cabo-verdianas, na área dos serviços de cuidados das pessoas dependentes (crianças, pessoas com deficiência e idosas).	16.498.260	AECID – Cooperação Espanhola; DGIS;CM; IIEFP

ANAS - Agência Nacional de Água e Saneamento	Programa de água e saneamento		Projeto 1. Projeto de Água e Saneamento de Bairros Periféricos da Cidade da Praia	<p>Geral. Contribuir para a melhoria das condições sociais e econômicas na cidade da Praia, e promover a saúde pública, preservação do ambiente, e da luta contra a pobreza.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O desenvolvimento e a melhoria do abastecimento de água potável e do saneamento em bairros distantes da capital, Praia; • Melhoria da saúde pública e redução dos riscos de doenças transmitidas pela água; • A preservação do ambiente; • Estimulação das atividades de desenvolvimento permitindo melhorar as condições de vida da população e a luta contra a pobreza. 	69.624.624	Não identificados na ficha de projeto.
			Projeto 2. Desenvolvimento do Sistema de Abastecimento de água na Ilha de Santiago	<p>Geral. Reforçar a capacidade de produção e distribuição de água em toda a ilha de Santiago.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a capacidade de produção de água; • Melhoria do serviço de abastecimento de água potável em toda a ilha de Santiago; • Melhoria na qualidade de água potável distribuído em toda a ilha de Santiago; • Construção da rede de adução de água em alta e interconexões incluindo estação de elevatórias e reservatórios. 	3.969.637.233	Não identificados na ficha de projeto.
			Projeto 3. Preparação do Roteiro de Economia Circular no ciclo urbano da água em Cabo Verde – Plano de Ação para a Reutilização de águas Residuais Tratadas.	<p>Geral. Mobilizar mais água residual destinada à agricultura.</p> <p>Específico.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhoria das condições de vida das famílias; • Proteção do meio natural; • Melhoria da qualidade do ar; • Proteção da saúde pública. 	17.064.611	Não identificados na ficha de projeto.

			Projeto 4. Perfuração, manutenção e reabilitação de sistemas hidráulicos	<p>Geral. Mobilizar mais água subterrânea, garantindo a quantidade e a qualidade de água.</p> <p>Específico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abertura de novos furos para aumentar a quantidade de água subterrânea; • Construção de sistemas de abastecimento de água para o consumo doméstico e para a rega; • Reabilitar infraestruturas hidráulicas para garantir o bom funcionamento e a diminuição do custo de exploração; • Criação de emprego 	11.605.058	Não identificados na ficha de projeto
MAA - DGASP	Programa de transformação da agricultura		Projeto 1. KR 15 – Valorização de produtos agropecuários	Contribuir para uma melhor dinamização do sector agroalimentar nacional, ao nível da produção, transformação e comercialização, de forma a promover uma classe empresarial competitivo no sector agrícola.	12.485.505	Sem parceiros na ficha.
			Projeto 2. Melhoraria da Resiliência do Setor Agrícola em Cabo Verde	Melhorar a capacidade de resposta no setor Agropecuário nas situações de crises agroclimáticas e no âmbito político, técnico e produtivo	600 041,93 €	Cooperação Espanhola.
			Projeto 3. Reforço das Famílias Rurais no Pós COVID-19	Recuperar o sistema económico e o tecido produtivo no pós COVID-19, criando condições para o desenvolvimento local e emprego rural digno para mulheres e jovens com foco na resiliência.	300 000,00 €	Cooperação Espanhola.
			Projeto 4. Gestão de água para uma agricultura resiliente e sustentável em resposta á crise do COVID-19	Fortalecer os meios de subsistência dos beneficiários estimados em 80 famílias, ou seja, 344 pessoas, de forma sustentável graças à mobilização e medidas de gestão eficientes dos recursos hídricos para atender às necessidades de abastecimento alimentar, nutricional, de água potável e do fortalecimento das capacidades famílias.	455,000 USD	FAO
			Projeto 5. Conservação e uso sustentável dos recursos florestais de modo a contribuir para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e a redução da pobreza.	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para mitigação dos efeitos das mudanças climáticas através da Gestão sustentável dos recursos florestais e introdução e/ou seleção de espécies melhor adaptadas às condições edafoclimáticas do País; 	30.000.000	Cooperação Espanhola.

				<ul style="list-style-type: none"> • Criar uma consciência pública para conservação e uso sustentável dos recursos florestais 		
			Projeto 6. TCP/CVI/3701 - «Renforcer la résilience des agro-pasteurs vulnérables dans l’île de Santiago à travers l’approche Caisse de Résilience»	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar as capacidades dos países e dos parceiros na redução da vulnerabilidade e aumentar a resiliência das comunidades expostas às ameaças ou á crise; • Reduzir os riscos e a vulnerabilidade a nível das comunidades e unidades de exploração familiar; • Reforçar os meios de existência das famílias vulneráveis vítimas de crises alimentares e outras catástrofes naturais. 	250.000 USD	FAO

Tabela 9: Quadro resumo de projetos e relação com a promoção da igualdade de género

Entidades	Nº de Projetos	Objetivos específicos promotores Igualdade de género	
		Sim	Não
MICE	5		X
MAA - DGASP	6	X*	
ANAS	4		X
MFIS	1	X**	
CERMI	1	X***	

*os projetos do DGASP não tem como objetivo, mas é explícito nas atividades a questão da promoção da igualdade de género;

** projetos ligados ao empoderamento económico (MFIS);

*** projetos de inclusão.

Das informações obtidas e dos projetos em curso, observamos diversas oportunidades para a integração da abordagem de género nos diversos setores que compõem os nexos energia água/género. Estas oportunidades que não estão limitadas aos processos internos de governança dos setores, mas também a caminhos que se abrem para o empoderamento económico das mulheres e empoderamento na tomada de decisão. As análises das informações nos indicam:

- **MICE**: foram identificados 5 projetos, destes a primeira característica visível, é que por um lado não há nenhuma informação que indique atividades dedicadas ao nexos energia/água, provavelmente devido a organização do quadro institucional e legal e por outro, apesar do Programa ter incluído o ODS 5 no quadro de transversalização identificado do PEDS, também não oferece informações relativas a atividades ou projetos que trabalhem especificamente com a promoção da igualdade de género. Entretanto se observam oportunidades.
 - 1) Preceitos que integram o quadro legal do MICE, de articular a sua ação com o MAA, abre uma oportunidade para a um tratamento integrado dos nexos água /energia – Os projeto de Reforço institucional, melhoria do ambiente de negócios, de Reforma da Estrutura Organizacional e Promoção da Eficiência Energética se apresentam como portas de entrada para a integração dos nexos energia água;
 - 2) As atribuições do MICE relativamente a energias renováveis e dessalinização de água, é outro dos pontos de entrada relativamente a integração;
 - 3) Plano de Ação Nacional de Integração do Género no Acesso a Energia (PANGE 2021-2026): recurso humano no setor da produção e comercialização da Energia, os dados apontam para um enorme fosso, ilustrativa de uma segregação ocupacional – os projetos de Reforma da Estrutura Organizacional e Mercado Energético que tem entre os seus objetivos aumentas a oferta de novos serviços e melhoria da prestação de serviços, se apresenta

como uma oportunidade para diminuição dos fossos de género identificados no setor;

- **MFIS:** Apesar de não identificarmos projetos específicos no âmbito do nexos energia/água, se apresenta uma oportunidade de articulação com os setores responsáveis energia/água, através do Programa de Promoção da Igualdade de género especificamente no ponto referente ao empoderamento económico das mulheres através de:
 - 4) O MICE de acordo com a respetiva orgânica (artigo 5º), articula o seu trabalho com os departamentos governamentais responsáveis pela formação profissional e estágios profissionais. Esta articulação poderia incluir medidas de inclusão social, direcionadas especificamente para colmatar o fosso de género existente a nível de recursos humanos no setor;
 - 5) O Projeto de eletrificação e o aumento do acesso a energia, poderia ter um impacto a nível do uso da energia como recurso para realização de atividades económicas das mulheres.
- **MAA – DGASP:** foram identificados 6 projetos relacionados com a melhoria dos processos agrícolas, apoio ao processo Pós-COVID e mitigação às mudanças climáticas. Não foram identificados projetos relacionados de forma direta com o nexos água energia, entretanto no que tange a integração da abordagem de género foram incluídas atividades específicas, para a promoção do empoderamento económico das mulheres, entre elas: (i) Apoio às atividades de transformação e valorização de produtos agropecuários, com algum ênfase para mulheres e jovens; (ii) Capacitação de técnicos Extensionistas e agricultores em interpretação de das informações agroclimáticas e em solos (50% mulheres); (iii) Jornadas técnicas e intercâmbios (50% mulheres); (iv) Instalação de 4 sistemas completos de culturas protegidos (mulheres chefes de família 50%). Consideramos que existe espaço para a articulação com outros setores, nomeadamente com o de água de rega, com atividades específicas dirigidas à promoção da igualdade de género.
- **ANAS:** A instituição é a responsável pela implementação da Estratégia de integração da abordagem de género no setor de água e saneamento. Apesar

desta atribuição específica, dos 4 projetos analisados nenhum conte atividades específicas direcionadas para a promoção da igualdade de género ou empoderamento das mulheres relativamente ao acesso a água ou de considerar o papel das mulheres na cadeia de valor da água. Identifica-se uma necessidade de articulação MAA/ANAS - MFIS/ICIEG para a implementação da Estratégia Social e de Género do Setor de Água e saneamento.

- **CERMI:** Artigo 11º do MICE entre as atribuições está a da definição das orientações das entidades empresariais do Estado, Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial (CERMI). As oportunidades que se observam de articulação:

- 6) Oportunidades de articulação - Programa Igualdade de género – Componente Empoderamento económico (MFIS/ICIEG), Projeto 1. Consolidar e alargar a ofertas de cursos de formação profissional (CERMI).

De acordo com as informações analisadas, consideramos que existe um grande espaço para articulação entre as instituições para trabalhar os nexos, energia água, dado que o quadro institucional e legal, assim o permite. Ao mesmo tempo consideramos que são identificadas portas de entrada, para trabalhar com projetos específicos já existentes, de forma a incluir aspetos que contribuam para a promoção da igualdade de género, especificamente para o empoderamento económico das mulheres. Entretanto consideramos apesar do processo de planificação estratégica nacional orientar para a integração da abordagem de género e dos setores terem assumido o ODS 5 como prioritário, existe uma desarticulação entre os Programas apresentados no PEDS, os seus objetivos e a posterior priorização no que tange a projetos e verbas para a efetivação do empoderamento das mulheres, quando analisados os setores que compõem o nexos energia água.

Relativamente às empresas privadas e públicas, obtivemos informações relativamente a APP e AdR. Algumas das informações foram já disponibilizadas no

ponto sobre políticas públicas e iniciativas locais, más disponibilizamos algumas informações neste ponto.

Águas de Ponta Preta – APP:

Tem um regulamento de constituição e funcionamento da comissão de igualdade. Relativamente aos recursos humanos, a APP conta com 67% dos trabalhadores do sexo masculino e 33% do sexo feminino. Os dados mostram uma sub-representação das mulheres na empresa, o que acompanha das tendências já apresentadas pelo PANGE. No relativo a projetos, temos informações relativas a projetos que trabalham os nexos energia, água e que forma analisados e disponibilizadas as informações a coordenação do projeto.

Águas de Rega – AdR:

A AdR conta neste momento com um programa de capacitação de operadores de água de rega em quatro municípios da ilha de Santiago, sendo que dos formandos 31 são homens e 28 mulheres, não se observa uma disparidade de género, contudo seria importante fazer um seguimento dos mesmos a nível da sua integração efetiva no mercado de trabalho.

6) Análise de dados e medidas CERMI

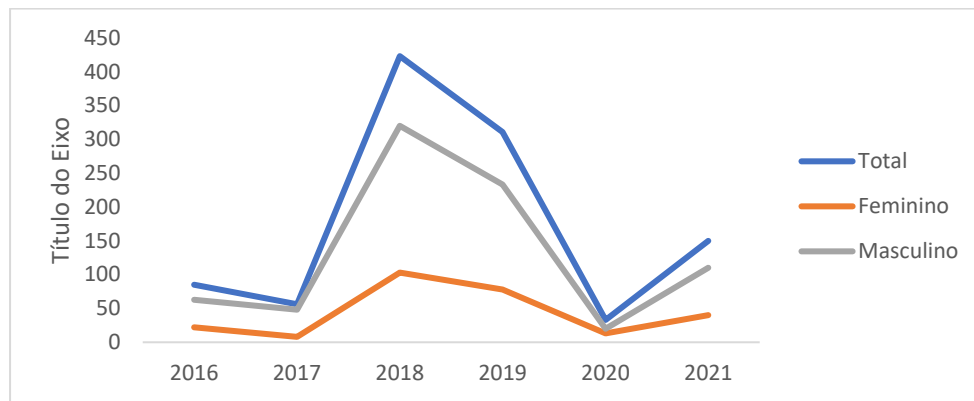
Sendo o CERMI, uma instituição tutelada diretamente pelo Ministério de Industria, Comercio e Energia, consideramos esta como um instrumento de formação/capacitação que age a nível meso, e que vem desenvolvendo esforços por implementar medidas que tomem em consideração tanto a dimensão social, como de género.

A análise de dados desagregados por sexo do número de alunos matriculados nas atividades de formação do CERMI indicam uma evolução positiva entre 2017 (48 alunas(os)) e 2018 (423 alunas(os)). Segundo informações do CERMI, este crescimento exponencial resulta da articulação existente entre o Governo de Cabo Verde e o Concelho de Administração do CERMI, no sentido de melhorar os serviços e criar uma sinergia entre a política de capital humano nacional, as prioridades e necessidades do país, demanda do mercado de trabalho e as tendências mundiais nas áreas de intervenção. Esse aumento não se deu somente a nível do número de alunas(os), mas também no nível de programas oferecidos no centro.

O aumento do número de alunas(os) no CERMI, coincide com o projeto com a implementação do Projeto de Inserção Social, que ocorreu durante 2017 e 2018.

Apesar da evolução positiva no que concerne ao número de alunas(os) inscritos nos últimos anos, se observa que depois do aumento exponencial entre 2017 a 2018, se dá uma diminuição gradual no número de alunas(os) de 2018 a 2019, que se agrava em 2020, no ano da pandemia COVID 19. Possivelmente esta diminuição durante 2020 se tenha dado, pelas restrições impostas no país, para evitar aglomerações, que afetaram o setor educativo e, por conseguinte, o CERMI.

Gráfico: Evolução número de estudantes desagregado por sexo CERMI 2016 to 2021



Fonte: CERMI 2021

Apesar das melhorias e do esforço realizado principalmente na integração de género no PEDS e no Programa do Governo, a análise de dados mostra fossos de género, afetando sobretudo mulheres no que concerne a número de estudantes inscritos no centro. O fosso de género observado é sistemático dado que se observa de 2016 – 2021, sendo que em 2017 as mulheres representavam 14% e em 2021 26% das(os) alunas(os) respetivamente. Durante os anos de funcionamento da instituição, em média, apenas 25% dos alunos eram mulheres. Os dados parecem indicar que com as medidas adotadas com o projeto de inserção social e com estabelecimento do género, levaram a um aumento global do número de alunas(os) no centro, contudo os fossos de género persistem.

No que diz respeito á promoção da igualdade de género se observa a necessidade de implementação de medidas e estratégias que levem ao aumento da proporção de mulheres inscritas no CERMI, sendo que poderia ser uma ferramenta eficaz para reorientar as atividades económica das mulheres e promover o empoderamento económico das mesmas.

Seguindo as orientações a nível de políticas públicas do Programa do Governo da IX Legislatura e do PEDS, relativas ao capital humano e á promoção da igualdade de género o CERMI implementou duas medidas relevantes:

- i. Implementação do Projeto de Inclusão Social (2017 – 2018)¹³, cuja implementação passa pela adoção de critérios para concessão de bolsas de estudo que incluem o género e a incapacidade financeira entre outros.
- ii. Projeto Formação para Pessoas com necessidades especiais¹⁴, entre os objetivos do qual se destacam a:
 - a. Integração e inclusão das pessoas com necessidades especiais na comunidade escolar;
 - b. Integração das pessoas com necessidades especiais no mundo laboral;
 - c. Promoção da incubação das pessoas com necessidades especiais;
 - d. Promoção duma maior inclusão social.

Os parceiros deste projeto são o Ministério da Educação, o Ministério da Família e Inclusão Social (Educação Especial e Inclusão Educativa), e a Direção Geral do Emprego Formação Profissional e Estágios Profissional COPAC FECAD.

Com a sua implementação o CERMI visa promover uma maior inclusão das pessoas com necessidades especiais na comunidade escolar; a conclusão por parte destas da ação de formação; o autoemprego, o empreendedorismo, a integração no mundo laboral e a criação de novos postos de trabalho.

6.1) Propostas CERMI integração da abordagem de género

Dado que o CERMI foi contratado para desenvolver materiais de formação e executar sessões de formação no âmbito do projeto GEF 6 Nexo Energia-Água, as recomendações abaixo estão previstas serem integrada nos respetivos módulos.

A leitura dos dados sobre as matrículas no ano 2021 da CERMI, 110 homens e 40 mulheres apontam para a existência dum profundo fosso de género, ou seja, as mulheres matriculadas nos cursos ofertados apenas representam 26,7% dos efetivos. Esta proporção mostra uma diminuição dos efetivos femininos, em relação ao ano de 2020, no qual as mulheres representavam 39,4%.

As razões subjacentes as restrições ao acesso das mulheres a formação tecnológica

¹³ <https://www.mfis.gov.cv/index.php/article-category-blog-2/dgis>

profissional, no geral são o resultado da interação de um conjunto de fatores sociais, pessoais e institucionais, que são suscetíveis de mudança, mas para que tal aconteça, além do trabalho de promoção da igualdade de género no sistema formal, especialmente na orientação das escolhas profissionais, é essencial, que o CERMI, reconheça a situação e integre, a equidade de género na agenda estratégica de atuação institucional. Para tal se recomenda a adoção de um conjunto de procedimentos, que constituem caminhos possíveis para que a situação atual do CERMI, se modifique e que a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens passe a ser um valor corporativo e um dos pilares da cultura do centro:

1. **Assunção do compromisso institucional de promoção da igualdade de género:** a explicitação desse compromisso é um requisito incontornável e deve ser explicitamente liderado e assumido pela gestão, formalizando o mesmo através de documentos essenciais que incluam este objetivo como básico e no mesmo nível que qualquer outro e deve ser explicitado internamente, em relação a todo o quadro de colaboradores do centro e externamente em relação ao público alvo e possíveis clientes, outros centros, em fóruns de divulgação e intercâmbios, etc.
2. **Análise pormenorizada, com uma abordagem de género de todos os processos e práticas em vigor:** como parte da análise, deve ser desenvolvida a coleta de dados e informações (com recurso a utilização de ferramentas e instrumentos que utilizem uma abordagem de género), que permitam identificar as desigualdades nos procedimentos, assim como os desequilíbrios na participação de mulheres e homens, assim como os aspetos em que emergem, se reproduzem e/ou reforçam os estereótipos de género. Especial relevância se deve dar a situação dos recursos humanos (níveis, cargos, composição, etc), assim como aos mecanismos administrativos, as práticas conciliação da vida pessoal e familiar. Uma atenção específica se deve dar aos processos de recrutamento do pessoal e aos processos de captação de formando e formandas e as normas e procedimentos em salas de formação, etc;

3. **Desenho e implementação de estratégias transformadoras:** com base nas desigualdades, fossos e disfunções detetados, devem ser elaboradas e implementadas as medidas, num horizonte temporal bem definido, que permitirão ao CERMI, desenvolver as mudanças e praticas institucionais necessárias para garantir a equidade no acesso e permanência das mulheres nesta área de educação técnica e tecnológica. Para garantir que as decisões tomadas e as medidas concebidas obtenham resultados favoráveis, é imprescindível identificar os departamentos e / ou pessoas que vão assumir responsabilidades na prossecução dos objetivos.
4. **Plano de Ação para a Igualdade:** A sistematização de todas as informações, processos e medidas devem ser sistematizadas num documento oficial, que pode ser denominado Plano de Ação para a Igualdade, o qual na pratica traduz o conhecimento aprofundado da realidade e compromete, às diferentes instâncias de gestão na implementação de uma imagem e de um ambiente institucional que favoreça a atração e a permanência na instituição das jovens mulheres.
5. Monitorização e avaliação do plano de ação.

7) Medidas em curso e oportunidades para a promoção da igualdade de género no Nexos água e energia

Água e energia são vitais para o desenvolvimento de todas as atividades humanas, desde o mais básico, como cozinhar alimentos, até a produção agrícola, transporte, prestação de serviços e criação de empregos. As intervenções nestes sectores têm a capacidade de apoiar o desenvolvimento e o bem-estar de uma sociedade e, por meio de seu desenho e implementação, alcançar uma maior equidade social e de género ou, pelo contrário, ampliar e intensificar as lacunas existentes na sociedade e em seus grupos econômicos e sociais.

Uma revisão da literatura existente assim e articulação realizada com a análise aos quadros legais, documentos de planificação estratégicas gerais e sectoriais e outras informações existentes permitiram elaborar um pequeno quadro resumo com as principais observações expostas neste documento. O quadro contem informações

sobre a análise de documentos de planificação e políticas públicas e os seus impactos, Macro, Meso e Micro:

Tabela 10: Resumo de Documentos de Planificações e Quadro Legal no Nexos Energia – Água e as suas interligações com o Género

Níveis de análise	Energia	Água
Macro	O Programa Nacional de Sustentabilidade Energética, não inclui como objetivo a promoção da igualdade de género.	Programa de Água e Saneamento, inclui o objetivo específico de promoção da igualdade de género
		Programa Transformação da agricultura, não inclui objetivo específico, nem ações para melhorar o acesso a água e tecnologia para as mulheres
	Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómico Rural (Transversal aos dois setores)	
Meso	Foi elaborado o PANGE, que é uma estratégia para a introdução da abordagem género na planificação e na ação.	Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento (PLENAS - Resolução nº 10/2015), de 20 de fevereiro)
		Estratégia Social e de Género para o Sector de Água e Saneamento e Plano de Ação (2015-2020)
	Decreto Lei 37/2018 – de 20 de junho - Tarifa Social de Energia Elétrica, que favorece a famílias vulneráveis, particularmente as chefiadas por mulheres	Decreto Lei 41/2018 de 20 de junho - Tarifa Social de Água que favorece a famílias vulneráveis, particularmente as chefiadas por mulheres
Micro	No setor energético, a este nível as iniciativas são ainda incipientes e não são observados projetos concretos neste sentido, sobretudo projetos implementados por ONG's.	Os projetos desenvolvidos a este nível, tem estado muito centrado no acesso a água, mais do que a visualização de beneficiários como fornecedores. Tanto a SOLMI como a MORABI projetos mais relacionados com o acesso. Entretanto o trabalho desenvolvido

	<p>Relativamente a projetos desenvolvidos por empresas responsáveis pela distribuição e abastecimento de água e utilização de energias renováveis nos processos, temos os exemplos da ADS e APP.</p> <p>A APP tem desenvolvido medidas específicas no que concerne á promoção da igualdade de género.</p>	<p>especialmente pela MORABI, tem trazido inputs no âmbito dos fossos de género que se criam.</p>
--	---	---

A análise elaborada tem permitido identificar uma série de medidas que se tem elaborado e implementado nos setores, no que concerne a promoção da igualdade de género, e que incluem o nexo energia água. Tendo em conta a realidade nacional e as informações recolhidas foram identificadas oportunidades a elaboração das propostas estarão relacionadas com as oportunidades identificadas. O seguinte quadro representa o resumo das medidas identificadas, assim como das oportunidades.

Tabela 11: Resumo de medidas no âmbito nacional e oportunidades identificadas

Medidas Identificadas no âmbito Nacional	Oportunidades Identificadas
<p>A elaboração e operacionalização PEDS, teve orientações específicas para a transversalização da abordagem em todos os setores. Para reforçar esta intenção expressada nos documentos de planificação estratégicas, foi criada uma Comissão Interministerial de Género.</p>	<p>Institucionalizar as metodologias para a integração da abordagem de género a nível programático, em especial no Programa Nacional de Sustentabilidade Energética, no Programa de Transformação da Agricultura e no Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómico Rural.</p> <p>Inclusão no Design de programas relacionados a agricultura e acesso a água de aspetos económicos, sociais e de género que constituem barreiras para o acesso à irrigação e tecnologias agrícolas.</p>

	<p>Trabalhar com os pontos focais¹⁴ da Comissão Interministerial de Género e as equipas de planeamento dos ministérios que tutelam os setores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A abordagem proposta sobre o Nexos energia água / género; • Metodologias de transversalização da abordagem de género nos processos de planificação estratégica; • Desenho e implementação de projetos com uma abordagem nexos energia água e género, focados essencialmente a nível de acesso, controlo e benefício. • Quadro de monitorização e avaliação dos projetos com uma abordagem de género
<p>Quadro Institucional e Legal do MAA e MICE, como ferramentas de articulação nexos energia/água</p>	<p>O Quadro legal do MICE, de articular a sua ação com o MAA, abre uma oportunidade para a um tratamento integrado do nexos água /energia, o que se reflete também na missão da Empresa de Água de Rega, adoção de medidas de eficiência energética na captação e produção da água de rega, com recurso a implementação de modelos que funcionam com energia renovável.</p> <p>Estrategicamente apresentarem objetivos que confluem, nomeadamente a procura de sustentabilidade, a garantia de acesso da população a esses bens, assim como a redução do preço das tarifas de abastecimento, constitui uma porta de entrada e uma oportunidade para tornar visível e trabalhar o nexos Água/Energia.</p>
<p>As políticas públicas nos sectores de água e energia, no país executada desde 2016, com maior incidência a partir de 2018, centram a sua atenção no combate a pobreza, a diminuição da vulnerabilidade social, e ao aumento do bem-estar familiar, a discriminação positiva dos agregados familiares chefiados por mulheres, ao garantir o acesso e o consumo digno de água e energia para as habitações.</p>	<p>Um aprofundamento das políticas de género, no que respeita ao acesso e consumo familiar, pode passar por uma análise aprofundada da grande variedade de atividades geradoras de rendimento informais, que nesse âmbito realizam as mulheres.</p>

¹⁴ Durante este processo é importante certificar se o ponto focal de género, esta devidamente capacitada, a quantidade de tempo que dedica ao seguimento e avaliação.

<p>As intervenções na vertente produtiva, também são coerentes com uma abordagem social, diretamente vinculadas com a promoção do aumento do acesso e utilização da água na agricultura, mas também com a sustentabilidade energética</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A implementação das medidas se caracterizam pela introdução de tecnologias que aumentam a eficiência da utilização da água e concomitantemente a produtividade dos terrenos e o rendimento da população rural pobre. • Este processo também se caracteriza pela utilização duma abordagem e gestão integrada do nexa água energia, com recurso as energias renováveis, sendo a criação duma empresa pública, que gere ambas vertentes, um ativo importante.
<p>Existência de Programas de Promoção do Empoderamento Económico das Mulheres e de Autonomia na tomada de decisão (ICIEG/MFIS).</p> <p>As mulheres na força de trabalho dos setores de água e energia estão sub-representadas - menos de 20% do total de empregados do setor de energia e 29% no sector da água, tanto como recurso humano, como na participação no poder.</p>	<p>Expandir as oportunidades para as mulheres nas empresas do setor representa uma chance importante para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Uma maior participação das mulheres na tomada de decisões e na definição de políticas e projetos nos ajudará a responder de forma eficaz às necessidades diferenciadas de homens e mulheres, tornando-os sustentáveis ao longo do tempo. Elas são importantes agentes de mudança e considerá-las na formulação de políticas, programas e projetos de água e energia pode levar a transformações importantes.</p> <p>Para que isto seja possível, se impõe a inclusão efetiva da igualdade de gênero na gestão de recursos humanos, e no desenvolvimento de políticas de organização de gênero nas empresas que incluam medidas e ações no ambiente de trabalho, especialmente para avançar no fecho dos fossos de gênero na segregação de trabalho e consequentemente no salário.</p>
<p>A Agenda de Transformação Energética, abre uma importante oportunidade para expandir a abordagem de género, e garantir que as mulheres são incentivadas a desempenhar um papel ativo, também como fornecedoras na cadeia produtiva, especialmente na produção de energias renováveis. Para que tal aconteça será necessário:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assumir como política do setor a promoção da igualdade de género; • Promover um maior desenvolvimento no campo da informação e geração de estatísticas e indicadores sobre género e energia, bem como na comunicação, conscientização e divulgação do tema; • Garantir informações claras e incentivos sobre as oportunidades de mercado existentes, como a geração de empregos verdes;

	<ul style="list-style-type: none"> Incluir ações que contribuam para a superação de barreiras ao acesso às novas tecnologias, que contemplem educação, mas também o financiamento para reforçar a intervenção na vertente produtiva- nas suas modalidades de micro, médios e grandes empreendimentos.
Experiência das ONG's a desenvolver iniciativas locais nos setores de água e energia	Introduzir um novo paradigma de trabalho as ONG's parceiras a desenvolverem projetos direcionados ao fortalecimento do papel das mulheres, não só como consumidoras, mas como fornecedoras de serviço com uma vertente mais empresarial.

7.1) Propostas para a integração da abordagem de género nexos Energia/Água

Níveis de intervenção	Propostas
Macro	<ul style="list-style-type: none"> Articulação dos processos de planificação nacionais PEDS, com os processos de planificação sectorial: institucionalizar as metodologias para a integração da abordagem de género a nível programático, em especial no Programa Nacional de Sustentabilidade Energética, no Programa de Transformação da Agricultura e no Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómico Rural – Comissão Interministerial de Transversalização da abordagem de género devem estabelecer laços de trabalho com os departamentos técnicos para desenvolver diretrizes, trabalhando métodos e procedimentos, bem como modelos e ferramentas. Produção e análise de dados desagregados por sexo, nível de conforto, sobre acesso a água para consumo e rega e energia, servindo de base para elaboração dos planos e estratégias. Sensibilização dos parceiros dos nexos energia – água para as questões relacionadas com a igualdade de género; Capacitação dos técnicos para a implementação de metodologias de transversalização da abordagem de género, recolha de dados desagregados para a efetiva implementação das estratégias existentes de promoção da igualdade de género;
Meso	<ul style="list-style-type: none"> Articulação entre os planos sectoriais e os exercícios de orçamentação anuais, de forma a que respondam as orientações de promoção da igualdade de género no nexos energia/água;

	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver um protocolo de parceria entre o ICIEG, MICE, MAA (ANAS), para assistência técnica; • Orçamentos do sector da água e da energia estabelecem rubricas orçamentais com recursos específicos para a implementação projetos/atividades que promovam a igualdade de género e o empoderamento económico das mulheres; • Estabelecem uma meta em que 30%¹⁵ dos contratos públicos (nexos energia/água) devem provir de mulheres empresárias, jovens e pessoas com deficiência; • Aumento da sensibilização para a igualdade de género no sector da água e energia; • Produção de dados desagregados por sexo com vista a dar uma maior visibilidade aos fossos de género existentes a nível dos projetos;
<p>Micro</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer o papel das mulheres na cadeia de valor do setor da água e no setor da energia, como consumidora para realização de atividades produtivas, como fornecedora de serviços e aumentar o acesso ao financiamento, ao crédito e às oportunidades de negócio; • Expandir as oportunidades para as mulheres nas empresas do setor representa uma chance importante para promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres. • Desenvolvimento de projetos destinados a famílias representadas por mulheres para o acesso a água e energia limpa; • Capacitação da Sociedade Civil Organizada em projetos específicos dos nexos energia/água. • Promoção de oportunidades iguais de forma a liderarem, e participarem dos benefícios que se possam gerar dos nexos energia água, nomeadamente nas cadeias de valor, etc.
<p>Quadro legal</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A legislação deverá incluir a representação das mulheres nos órgãos públicos de tomada de decisão com uma proporção 40/60 (chefias intermédias e outras). • Implementação de políticas sensíveis ao género, tanto no sector público como no privado; por exemplo, políticas relativas ao assédio sexual (no local de trabalho), organização flexível do trabalho, etc.

¹⁵ Referência da FAO– para empresas lideradas por mulheres.

8) Observações e Conclusões

A realização do presente relatório permitiu primeiramente fazer a análise das tendências nacionais relativas aos nexos energia água, especialmente relacionado com a promoção da igualdade de gênero e por outro lado auxiliou na identificação de medidas e oportunidades neste contexto. Respondendo ao TdR foram analisados os documentos que orientam as políticas públicas a nível nacional e setorial, o quadro institucional e legal, assim como foi realizado um mapeamento de parceiros, projetos e orçamentos nos setores de interesse. Este processo de análise permitiu fazer algumas observações e conclusões que deverão orientar as ações do projeto em matéria de promoção da igualdade de gênero.

Historicamente os setores de energia e água são analisados, desenhados e planejados de forma separada. Contudo a dinâmica dos nexos energia água se torna cada vez mais evidente, sobretudo considerando a interação do ser humano com o meio ambiente, interação esta que se tem intensificado ao longo das últimas décadas. As mudanças climáticas e os eventos climáticos mais extremos põem uma maior pressão sobre esta interligação, dado que tais eventos têm sido responsáveis por secas extremas, afetando diretamente a disponibilidade de água e a produção de energias, o que tem um impacto nas pessoas mais vulneráveis e expostas a pobreza, neste caso as mulheres.

A análise do quadro institucional sugere que no país há uma tendência para o aprofundamento de abordagens autónoma das questões relativas à água e à energia e esta reflete-se na orgânica de gestão no país. Entretanto os preceitos que integram o quadro legal do MICE, orientam a uma articulação da sua ação com o MAA, ao mesmo tempo, estrategicamente os setores apresentarem objetivos que confluem, nomeadamente a procura de sustentabilidade, a garantia de acesso da população a esses bens, assim como a redução do preço das tarifas de abastecimento abrindo uma oportunidade para a um tratamento integrado do nexos água /energia.

A produção legal no setor no período de governação 2016-2021, assim como as especificidades que trouxe a pandemia de COVID 19 constitui-se neste momento

como um instrumento fundamental para por um lado aproveitar a implementação das estratégias setoriais comuns do setor, reforçando o nexos energia/água, assim como permite a materialização duma política social, caracterizada pelo combate a pobreza e a melhoria das condições de acesso e consumo a água, tanto para consumo domiciliar, como para a agricultura, e de acesso e consumo da energia domiciliar.

No âmbito da planificação estratégica nacional e o PEDS 2017-2021, existem orientações claras para a integração da abordagem de género a nível geral e setorial, foram criados instrumentos para tal e vários dos programas geridos nos setores de água e energia reconhecem a importância da integração das questões de género. Dos instrumentos produzidos e descritos anteriormente contamos com: a Estratégia Social e de género para o setor da água e saneamento, e com o Plano de Ação Nacional para a Integração de Género no acesso a energia, estás já produzem orientações neste sentido, mas de forma autónoma entre os setores, devido a não existência de um nexos a nível institucional e legal. Estes documentos trazem informações de interesse no referente a participação das mulheres na força de trabalho dos setores e na liderança apresentando fossos de género importantes.

O nexos energia-água, esta implicitamente interligada à dimensão de género. Diversas são as evidências que indicam a importância do acesso a água e energia, em diversas dimensões da autonomia das mulheres e meninas, entre elas a dimensão económica, física e a de participação em processos de tomada de decisão.

No que tange a estas questões as nossas principais observações indicam, disparidade na força laboral e na liderança e participação de mulheres no setor (distribuição de água a presença feminina, 29,4% e 70,6% respetivamente e segregação ocupacional no setor energético: apenas 19,9% da mão de obra do sector é feminina: maioria nas ocupações de baixa remuneração e risco elevado) e Estes fossos dão-se tanto a nível do número desproporcionalmente menos de mulheres que trabalham em ambos setores, assim como na estrutura hierárquica dos setores, onde os postos de liderança e chefias intermédias são comumente ocupados por pessoas do sexo masculino.

Outras das observações principais que fazemos é que no de forma generalizada, os documentos que abordam as questões de género, tratam de questões de

participação das mulheres no processo de tomada de decisão assim como de acesso a estes recursos, sem abordar a questão da participação e valorização das mulheres na cadeia de valor de distribuição de água e energia, com a criação de um perfil somente de consumidoras. Esta visão é posteriormente passada ao processo de formulação de projetos nos setores, afetando o acesso ao financiamento.

Relativamente ao mapeamento realizado aos parceiros dos setores de energia e água, tanto a nível de instituições públicas, privadas e sociedade civil, identificamos cerca de **17 projetos a financiados** e a ser implementados neste momento. Dos mesmos nenhum tem características de estar integrados dentro da lógica do nexos de energia e água, resultado da gestão autónoma que se faz dos dois setores. Apesar de haver algumas iniciativas e atividades direcionadas para a promoção da igualdade de género tanto no âmbito das instituições públicas como privadas, esta ainda é residual e não se encontra se observa uma interligação clara entre o nexos energia/água e género. Outra das questões observadas é que os projetos tanto a nível das instituições públicas como da sociedade civil, tem uma visão muito direcionada ao acesso a estes recursos, mais do que uma visão ligada a promoção do processo de produção como atividade económica, sobretudo no aproveitamento da cadeia de valor dos dois setores.

Contudo cabe ressaltar que diversas medidas e oportunidades foram identificadas e descritas ao longo do presente relatório e que existe um ambiente propício tanto para a integração da abordagem de género nos processos do setor, como para a valorização da cadeia de valor do mesmo. As propostas apresentadas pretendem servir como guia orientadora, sobretudo no que tange a promoção da igualdade de género através do projeto em questão.

Referências Bibliográficas

Rede Social e de Género de Água e Saneamento do MAHOT, com o apoio do Millennium Challenge Account Cabo Verde II, no âmbito do Projeto de Assistência Técnica às Instituições Nacionais. Estratégia Social e de Género para o Sector da Água e Saneamento em Cabo Verde. 2015-2020.

ENERGIA. (2019) Gender and energy country briefs; Kenya, Rwanda, Tanzania e Uganda;

ENERGIA. (2019). Gender in the transition to sustainable energy for all: From evidence to inclusive policies

ENERGIA. (2019). The Gender Factor in Political Economy of Energy Sector Dynamics

ENERGIA. (2017) The gender and energy research programme - What work so far and policy considerations;

ENERGIA. (2019) Gender and fossil fuel subsidy reform: Findings from and recommendations for Bangladesh, India and Nigeria;

ENERGIA. (2019) Female microenterprise creation and business models for private sector distribution of low-cost off-grid LED lighting: Multiple Randomized Experiments;

Leidiane MARIANI^{1,2*}, Marjorie Mendes GUARENGHI¹ , Jéssica Yuki Lima MITO, Carla Kazue Nakao CAVALIERO, Rodrigo Régis de Almeida GALVÃO; Análise de oportunidades e desafios para o Nexo Água-Energia - Vol. 37, maio 2016, Edição Especial Nexo Água e Energia. DOI: 10.5380/dma.v37i0.45046

Governo de Cabo Verde - Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento (PLENAS - Resolução nº 10/2015), de 20 de fevereiro)

Governo de Cabo Verde - Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017 - 2021.

Governo de Cabo Verde - BO Nº (...) I Série de 4 Junho de 2019 - Decreto Lei nº 22/2019 Proceda a primeira alteração do dos D. L 37 (Tarifa Social de Energia) e 41 (tarifa Social de Água) de 2018 de 20 de junho

Governo de Cabo Verde BO Nº 40 I Série de 20 de Junho 2018 Decreto Lei 37/2018 - de 20 de junho - Tarifa Social de Energia Elétrica e Decreto Lei 41/2018 de 20 de junho - Tarifa Social de Água

Governo de Cabo Verde BO Nº 63 - I Serie - Resolução nº 103/2018 de 11 de outubro Cria a Comissão Interministerial para a Transversalização da Abordagem de Género.

Governo de Cabo Verde BO N^o 118 - I Série - Lei n^o 68/IX/2019 de 28 de novembro
– Aprova a Lei de Paridade

Governo de Cabo Verde – BO N^o60 I Série Decreto-Regulamentar n^o7/2018, de 20
de setembro - Institui o Cadastro Social Único

Ministério de Indústria, Comércio e Energia - Plano de Ação Nacional de Integração
do Género no Acesso a Energia (PANGE). Ações e medidas propostas; Setembro
2020

Tanja Winther, Margaret N. Matinga, Kirsten Ulsrud & Karina Standal - Women's
empowerment through electricity access: scoping study and proposal for a
framework of analysis *Journal of Development Effectiveness*, 9:3, 389-417, DOI:
10.1080/19439342.2017.1343368

University of Twente, Enschede, The Netherlands - Mainstreaming Gender in Energy
Sector Practice and Policy Lessons from the ENERGIA International Network 2016

Margreet Zwarteveen, International Irrigation Management Institute; A Plot of One's
Own: Gender Relations and Irrigated Land Allocation Policies in Burkina Faso
1997;

Luize Guimaraes, Lucrezia Tincani, Ian Ross, Nils Riemenschneider, MCA CVII Água
e Saneamento: estudo sobre as questões Sociais e de Género nas comunidades em
Cabo Verde;

Maria Emília Lisboa Pacheco Em defesa da agricultura familiar sustentável com
igualdade de género FASE - Programa Amazônia Sustentável e Democrática 2004

Catherine Overholt, Mary B. Anderson, Kathleen Cloud e James E. Austin
(Kumarian Press) Estrutura analítica do Harvard in "Mulheres em desenvolvimento:
Análise dos projetos" - 1985

Swiss Agency for Development and Cooperation. Gender and Water: Mainstreaming
gender equality in water, hygiene and sanitation interventions.

Shahidian, S.; Serralheiro, R.P.; Serrano, J.; Sousa, A; Os desafios dos recursos
hídricos em Cabo Verde(UK,; 2014)

Republic of Cabo Verde – Cabo Verde 2020 Update to first Nationally Determined
Contributions (NDC) – 2021

Republic of Cabo Verde – Ministry of Environment and Agriculture; National
Adaptation Program of Action on Climate Change 2008 – 2012 (2007)

VI Encontro Nacional da Anppas Setembro de 2012- Género e Gestão Integrada dos
Recursos Hídricos e Saneamento: aproximações a partir da realidade Cabo-verdiana
e brasileira;

Gender Water Alliance and UNDP Guía de recursos - Transversalización del enfoque de género en la gestión del agua

World Bank ; Adjusting The Development Model to Review the Growth and Strengthen for Social Inclusion – Republic of Cabo Verde –2018

Anexo – Quadro de Indicadores

Sugestão de Indicador	Descrição
Nº de beneficiários diretos e indiretos de projetos de demonstração desagregados por sexo.	Incluir o número total de beneficiários e o número específico de beneficiárias mulheres e beneficiários homens;
Nº de postos de trabalho criados com a implementação de projetos de demonstração desagregados por sexo.	Incluir o número total de trabalhos criados e o número específico de trabalhos criados para mulheres e para homens;
% de chefias femininas nas empresas de serviço energético criadas.	Calcular a percentagem de mulheres gestoras de empresas de serviços energéticos;
% de projetos de demonstração liderados por mulheres (gestão, coordenação).	Calcular percentagem de projetos de demonstração que são liderados por mulheres;
% de empresas (públicas e privadas), instituições, ONG's beneficiárias de projetos de demonstração lideradas por mulheres.	Calcular % de empresas (públicas e privadas), instituições, ONG's beneficiárias de projetos de demonstração lideradas por mulheres;
Número de beneficiários de projetos específicos de utilização de energias renováveis para produção de água para agricultura desagregados por sexo	Número de beneficiários desagregado por sexo do/a proprietário;
Participação na força de trabalho nos setores de água/saneamento e energia desagregados por sexo	% de mulheres que trabalham nos setores de água/saneamento e energia
Mulheres nas energias renováveis	% de mulheres que trabalham no setor das energias renováveis no país
Cargos de chefia nos setores de água/saneamento e energia desagregados por sexo	% de mulheres que ocupam postos de chefia nos setores de água e saneamento e energia
Percentagem de agregados com acesso a rede pública de abastecimento de água segundo o sexo do representante do agregado	Cálculo da percentagem total de agregados familiares com acesso a rede pública de água desagregados por sexo
Percentagem de agregados com acesso a energias renováveis para uso doméstico desagregado por sexo do representante do agregado	Cálculo da percentagem total de agregados familiares com acesso a energias renováveis para uso doméstico desagregados por sexo
Percentagem de agregados com acesso a energias renováveis para uso produtivo (atividades empresariais) desagregado por sexo do representante do agregado	Cálculo da percentagem total de agregados familiares com acesso a energias renováveis para atividades empresariais desagregados por sexo.